

Áreas protegidas resilientes e a importância do sistema de governança em Portugal

Catarina Isabel Marques da Fonseca

**Tese de Doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial
Especialidade em Planeamento e Ordenamento do Território**

ANEXOS

Junho, 2020

Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Geografia e Planeamento Territorial, especialidade em Planeamento e Ordenamento do Território, realizada sob a orientação científica da Prof.^ª Doutora Margarida Pereira (NOVA FCSH) e a coorientação da Prof.^ª Doutora Helena Calado (FCT UAc)

Os trabalhos que culminaram na presente tese foram financiados pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através de fundos nacionais do MCTES, no âmbito de uma bolsa individual de doutoramento (SFRH/BD/104387/2014)



A investigação decorreu no CICS.NOVA – Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (NOVA FCSH)*¹, integrada no grupo de investigação Sistemas de Modelação e Planeamento, e no CIBIO - Centro de Investigação em Biodiversidade e Recursos Genéticos, InBIO Laboratório Associado*², enquadrada no grupo de investigação BIOISLE (Pólo Açores)



*¹ tendo por isso beneficiado de fundos nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I.P. no âmbito dos projetos UID/SOC/04647/2013, e UID/SOC/04647/2019.

*² tendo assim beneficiado de fundos FEDER, através do Programa Operacional Fatores de Competitividade – COMPETE, e de fundos nacionais, através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito dos projetos UID/BIA/50027/2013, POCI-01-0145-FEDER-006821, UID/BIA/50027/2019 e POCI-01-0145-FEDER-006821.

ÍNDICE

ANEXO I. RELATÓRIO ENVIADO AOS PARTICIPANTES DO <i>WORKSHOP</i>	A1
ANEXO II. GUIÕES UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS	A23
ANEXO III. QUESTIONÁRIO.....	A26
ANEXO IV. LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR POR PAINEL.....	A37
ANEXO V. CORRESPONDÊNCIA ENTRE A NOMENCLATURA UTILIZADA E A NOMENCLATURA DAS DIFERENTES VERSÕES DA COS.....	A41
ANEXO VI. OBJETIVOS CONSTANTES NO DIPLOMA DE CLASSIFICAÇÃO DE CADA PARQUE NATURAL E CORRESPONDÊNCIA COM OS TÓPICOS TIPIFICADOS NO CAPÍTULO 3	A50
ANEXO VII. LISTA DOS CÓDIGOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CONTEÚDO APRESENTADA NO CAPÍTULO 4 E EXEMPLOS DE RESPOSTA	A54
ANEXO VIII. RESUMO DA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO AO NÍVEL DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS.....	A57
ANEXO IX. ARTIGO “ÁREAS PROTEGIDAS E GESTÃO DE PROXIMIDADE: UMA REFLEXÃO CENTRADA NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA”	A60

ANEXO I. RELATÓRIO ENVIADO AOS PARTICIPANTES DO *WORKSHOP*

WORKSHOP

PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA
OLHAR O PASSADO, PENSAR O FUTURO

SEIA, 15 DE OUTUBRO DE 2016 | 10:00h – 13:00h
CISE—CENTRO DE INTERPRETAÇÃO DA SERRA DA ESTRELA

RELATÓRIO
DEZEMBRO 2016



Exposição: "Parque Natural da Serra da Estrela – 40 Anos"

AGRADECIMENTOS

A autora gostaria de agradecer: à Câmara Municipal de Seia e à organização do CineEco 2016 pelo entusiasmo com que acolheram o desafio; ao CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela, por tão prontamente ter disponibilizado o espaço e demais recursos necessários; e ao Departamento de Conservação da Natureza e Florestas do Centro pelo envolvimento na iniciativa.

Um agradecimento especial é devido a todas as pessoas que contribuíram para a concretização do *workshop*, em particular ao Dr. Pedro Conde cuja dedicação foi insuperável.

Por último, mas não menos importante, a autora está imensamente grata a todos aqueles que optaram por passar uma manhã de sábado nesta iniciativa, partilhando as suas histórias, saberes e preocupações sobre este Parque Natural inigualável.

A imagem de capa deste documento foi desenvolvida pela Câmara Municipal de Seia para a divulgação do *workshop*.

Para fins bibliográficos, este relatório deve ser citado como:

Fonseca, C. (2016). “Parque Natural da Serra da Estrela: olhar o passado, pensar o futuro”. Relatório do *workshop* de 15 de outubro de 2016. CICS.NOVA-FCSH/CIBIO-InBIO. Lisboa, Dezembro de 2016. 17 pp

E-mail de correspondência: cfonseca@fcsch.unl.pt

A organização do *workshop* e a elaboração do presente documento estão integrados num projeto de doutoramento financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT) através da atribuição da bolsa SFRH/BD/104387/2014.

Lista de abreviaturas

ADIRAM – Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias de Montanha

ADRUSE – Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela

ANCOSE – Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela

APA – Agência Portuguesa do Ambiente

CERVAS – Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens

CISE – Centro de Interpretação da Serra da Estrela

DCNF – Departamento de Conservação da Natureza e Florestas

ESTH – Escola Superior de Turismo e Hotelaria

ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

IPG – Instituto Politécnico da Guarda

PDM – Plano Diretor Municipal

PNSE – Parque Natural da Serra da Estrela

SNPRPP – Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

ENQUADRAMENTO

O presente documento procura fornecer uma síntese, estruturada e integrada, dos principais tópicos discutidos durante o *workshop* “*Parque Natural da Serra da Estrela: olhar o passado, pensar o futuro*”, decorrido no dia 15 de outubro de 2016 no Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE). O evento foi uma iniciativa conjunta da Câmara Municipal de Seia e da Dra. Catarina Fonseca (CICS.NOVA-FCSH/ CIBIO-InBIO), tendo sido integrado no programa do CineEco 2016 – XXII Festival Internacional de Cinema Ambiental.

A comemoração dos quarenta anos do Parque Natural da Serra da Estrela (1976-2016) ofereceu uma oportunidade ímpar para uma reflexão sobre o passado, o presente e o futuro deste território único, não só na sua dimensão natural mas também económica e social.

O desafio lançado aos participantes foi o de uma análise retrospectiva, olhando a evolução do território, bem como uma projeção dos desafios que o futuro irá colocar. Através do debate e da partilha de experiências, procurou-se obter uma visão plural e alargada sobre as principais mudanças que afetaram e/ou poderão vir a afetar o Parque Natural e que devem ser consideradas na sua gestão.

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF), através do seu serviço territorialmente desconcentrado (DCNF Centro) e enquanto entidade responsável pela gestão do Parque Natural, foi um parceiro indispensável na organização do *workshop*.

Foram convidados a participar *stakeholders* relevantes, i.e., indivíduos, grupos ou comunidades suscetíveis de serem afetados por, ou de influenciar decisões ou ações de gestão. Assim, foram contactados os representantes das autarquias locais, associações, instituições de ensino, operadores de turismo e demais personalidades com conhecimento e interesse sobre o Parque Natural.

O evento contou com a presença de 23 participantes, alguns a título individual, outros em representação de ou com ligação às seguintes entidades: Município de Seia, Município de Gouveia, ICNF, Agência Portuguesa do Ambiente (APA), Escola Superior de Turismo e Hotelaria/Instituto Politécnico da Guarda (IPG), CISE, ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela, ADIRAM - Associação de Desenvolvimento da Rede de Aldeias de Montanha, ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens, URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela, Associação Geopark Estrela,

Junta de Freguesia Vila Cova Coelheira, Centro Paroquial de Seia e Soito da Lapa, Lda..

O *workshop* foi dividido em três sessões, cada uma centrada numa ou duas questões que procuravam orientar a discussão. Cada sessão iniciou-se com algumas intervenções previamente preparadas, que forneceram os primeiros tópicos para o debate entre todos os participantes. O programa detalhado do *workshop* foi o seguinte:

10:00 Receção e abertura

Presidente da Câmara Municipal de Seia

Catarina Fonseca (CICS.NOVA-FCSH/ CIBIO-InBIO)

10:15 Passado: os 40 anos do Parque Natural da Serra da Estrela

Quais foram as principais mudanças durante este período?

Intervenção 1.1: Angelina Barbosa

Outras intervenções e debate

11:15 Presente: o contributo do PNSE para a sustentabilidade do território

De que forma o PNSE contribui para a sustentabilidade e valorização do território? Quais os principais problemas que persistem?

Intervenção 2.1: José Conde (CISE)

Intervenção 2.2: Célia Gonçalves (ADIRAM)

Outras intervenções e debate

12:15 Futuro: Desafios e respostas na gestão deste território

*Quais os principais desafios que se vão colocar nos próximos 10 anos?
Como dar resposta a esses desafios?*

Intervenção 3.1: Manuel Salgado (ESTH)

Intervenção 3.2: Maria da Paz (ICNF)

Outras intervenções e debate

12:45 Considerações finais e encerramento

Helena Calado (Universidade dos Açores)

À medida que os participantes foram chegando foi solicitado a cada um que escrevesse num *post-it* o(s) aspeto(s) que mais se alterou(aram) no território desde a criação do PNSE. Todos os *post-its* foram recolhidos e expostos num quadro. Mais tarde o mesmo exercício foi repetido para a identificação dos desafios futuros, permitindo assim recolher os contributos individuais.



figura 1. Fotografias de alguns momentos do *workshop*.

Os principais aspetos debatidos em cada sessão (e recolhidos através dos *post-its*) encontram-se resumidos no presente documento, nas secções com os

títulos correspondentes. O conteúdo de cada secção representa uma síntese estruturada dos tópicos abordados, posteriormente complementada com informação relevante, em vez de um relato exaustivo do que foi dito por cada participante. Espera-se que este formato se demonstre vantajoso para futura utilização em diferentes contextos, nomeadamente para informar os *stakeholders* que não estiveram presentes e servir de base a outras iniciativas e estudos.

Este *workshop* contribui igualmente para a investigação da Dra. Catarina Fonseca (CICS.NOVA-FCSH/ CIBIO-InBIO), no âmbito do seu doutoramento em Geografia e Planeamento Territorial. A investigação tem como tópico principal a gestão adaptativa de áreas protegidas, sendo o PNSE uma das áreas selecionadas para estudo. Durante a investigação, a informação recolhida através deste *workshop* será reinterpretada, contextualizada e complementada, permitindo identificar as principais dinâmicas de mudança do território e avaliar as formas de resposta. Os resultados serão posteriormente validados por um conjunto de peritos (incluindo alguns dos participantes neste *workshop*) e devidamente divulgados junto de todos os interessados.

O PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

O Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) foi criado em 1976, abrangendo o essencial do maciço da Estrela¹. A classificação desta área foi justificada pelas suas características singulares, representativas das regiões de montanha, nomeadamente o seu elevado valor paisagístico, natural (com endemismos de importância nacional) e a presença de uma população rural com uma cultura e hábitos próprios. Tais características, conjugadas com o valor ‘mítico’ do ponto mais alto do território continental e a presença de neve, explicam a atratividade desta área, em particular para atividades de recreio e lazer.

A criação do Parque Natural procurava uma utilização mais racional da Serra da Estrela, através de *“uma planificação que vise a protecção dos valores da serra e a promoção social das populações”*². A dimensão humana e social das áreas protegidas foi valorizada com a introdução no quadro legal português da categoria *“Parque Natural”*³, da qual a Serra da Estrela foi o primeiro exemplo.

Definições de Parque Natural

Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho

“áreas de território, devidamente ordenadas, tendo em vista o recreio, a conservação da Natureza, a protecção da paisagem e a promoção das populações rurais, podendo incidir sobre propriedade pública ou privada e onde o zonamento estabelece as aptidões e usos das diferentes parcelas de terreno”.

Decreto-Lei n.º 142/2008, de 24 de julho

“área que contenha predominantemente ecossistemas naturais ou seminaturais, onde a preservação da biodiversidade a longo prazo possa depender de atividade humana, assegurando um fluxo sustentável de serviços. A classificação de um parque natural visa a protecção dos valores naturais existentes, contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional, e a adoção de medidas compatíveis com os objetivos da sua classificação”.

¹ Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho

² Preâmbulo do Decreto-Lei n.º 557/76, de 16 de julho

³ Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho

Após a sua criação, os limites do Parque sofreram diversas alterações [figura 2], ocupando atualmente cerca de 90.000 hectares, repartidos por 6 municípios (Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia) [figura 3].

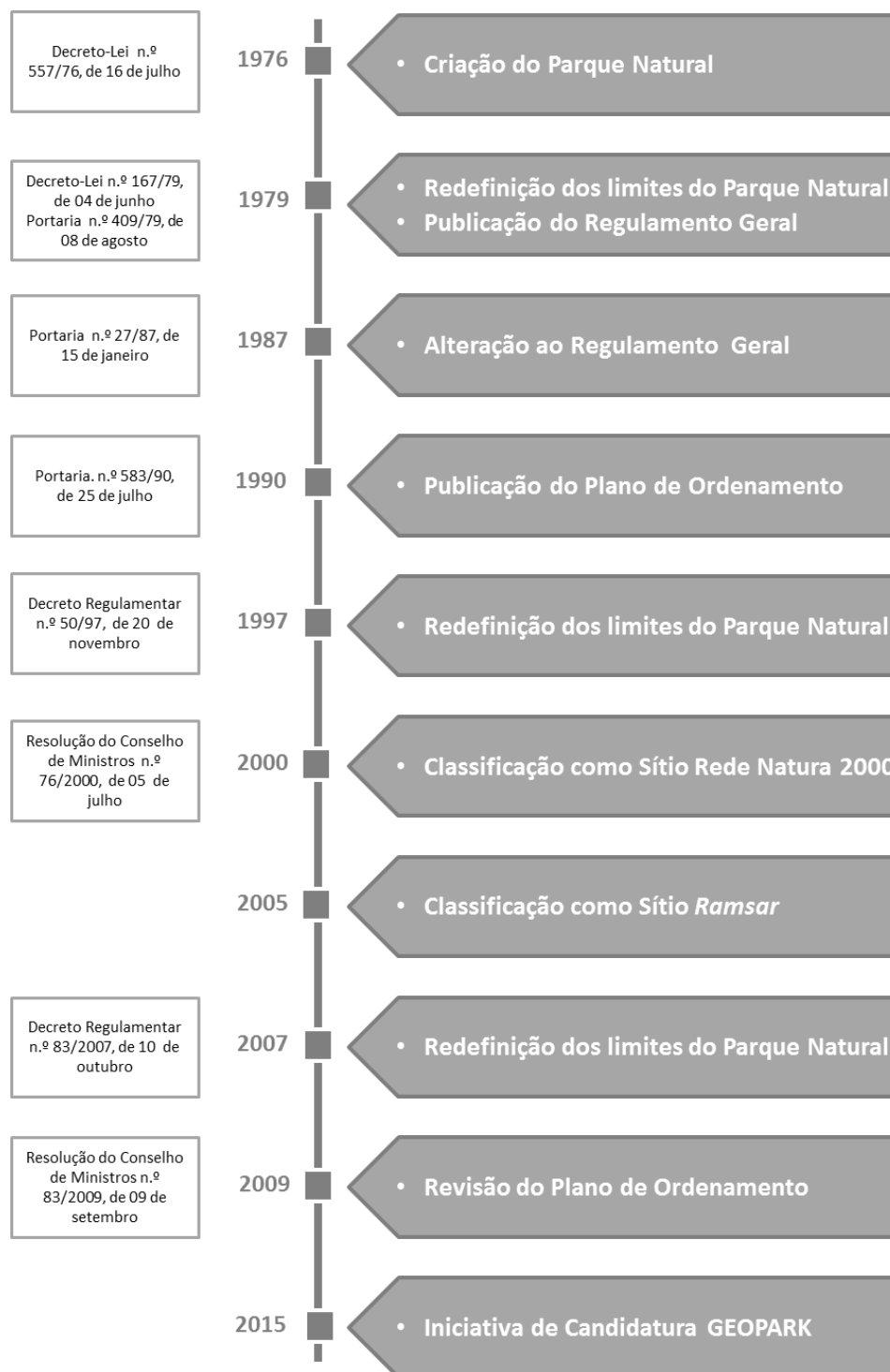


figura 2. Cronograma com os principais marcos da história do PNSE e respetivos diplomas (quando existentes).



figura 3. Delimitação do PNSE e dos municípios abrangidos.

O valor natural desta área, em particular a presença de *habitats* essenciais para a manutenção da biodiversidade, justifica também a sua classificação como sítio Rede Natura 2000 (PTCON0014) e sítio *Ramsar* (“*Planalto Superior da Serra da Estrela e a parte superior do rio Zêzere*”, classificado no âmbito da Convenção sobre Zonas Húmidas). Por outro lado, os seus elementos geológicos e paisagísticos únicos estão na base da recente iniciativa de candidatura da Serra da Estrela a *Geopark* da UNESCO.

Para a proteção de tais valores é necessário estabelecer algumas regras relativas à ocupação humana do espaço e sua utilização, por forma a garantir a manutenção a longo prazo. O diploma de criação do Parque Natural já estabelecia contravenções (infrações como, por exemplo, a introdução de espécies exóticas, o exercício da caça e da pesca, o depósito de materiais e a alteração de relevo) e iniciativas sujeitas a autorização (nomeadamente a construção, reconstrução, ampliação ou demolição de edifícios).

O Regulamento Geral⁴ aprovado em 1979 criou interdições específicas para as áreas designadas (reservas naturais integrais e parciais, paisagem protegida e zona agrícola especial). Este primeiro exercício de zonamento foi posteriormente desenvolvido, dando origem ao Plano de Ordenamento do Parque Natural da Serra da Estrela⁵, aprovado em 1990, numa altura em que os municípios abrangidos ainda não dispunham de Planos Diretores Municipais (PDM) aprovados. O Plano diferenciou o território em 11 tipos de zonas⁶, procurando definir as formas de utilização preferencial de cada espaço.

A versão atualmente em vigor do Plano de Ordenamento, resultante de um processo de revisão, foi publicada em 2009⁷. Este Plano está enquadrado pelo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial de 1999⁸, constituindo um plano especial de ordenamento do território, sobrepondo-se, portanto, aos PDM entretanto publicados. O Plano estabelece um zonamento [figura 4] que reflete diferentes normas e interdições, consoante o nível de proteção.

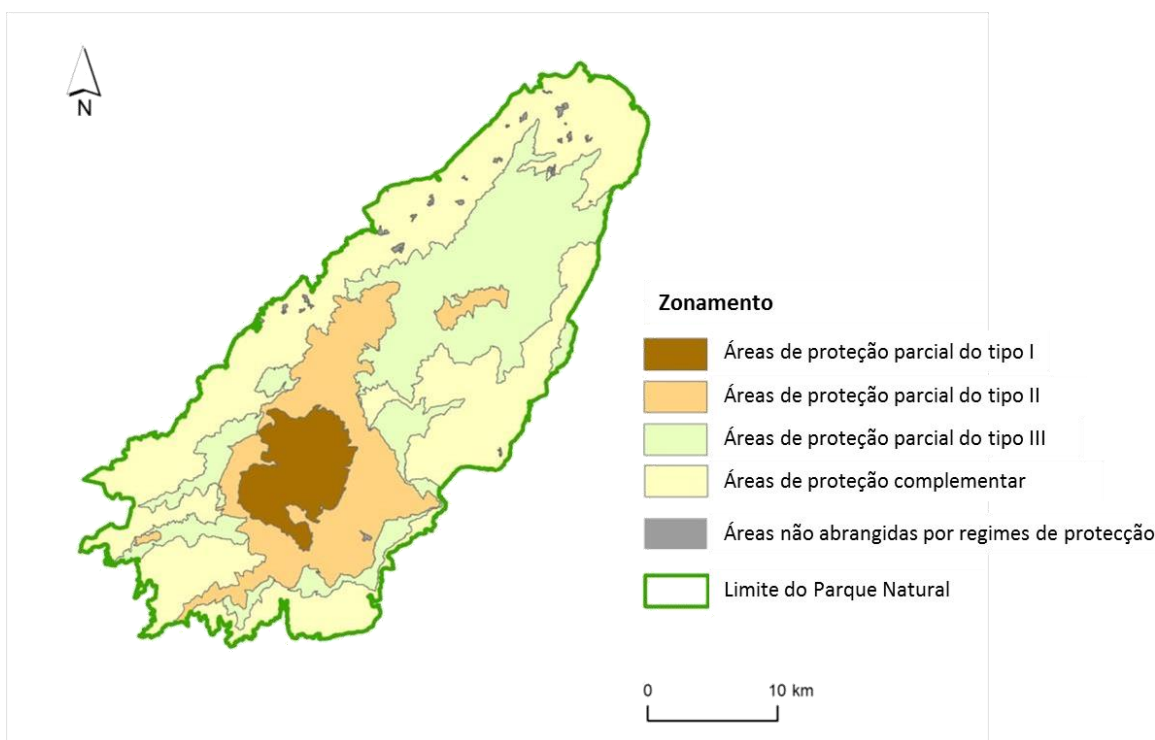


figura 4. Zonamento do Plano de Ordenamento do PNSE em vigor.

⁴ Portaria n.º 409/79, de 8 de agosto

⁵ Portaria n.º 583/90, de 25 de julho

⁶ a) de transição, b) agrícolas, c) de fomento piscícola, d) mosaicos silvo-pastoris e agro-silvo-pastoris, e) florestais de produção, f) florestais de protecção e uso múltiplo, g) de fomento apícola e cinegético, h) zonas de protecção paisagística, i) reservas botânicas, j) núcleo de recreio, k) aglomerados urbanos

⁷ Resolução do Conselho de Ministros n.º 83/2009, de 9 de setembro

⁸ Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro e subsequentes alterações

A recente alteração do regime jurídico⁹ elimina a figura de Plano Especial, sendo a mesma substituída pelo Programa Especial. Este novo instrumento não poderá proceder à classificação e qualificação do uso do solo, pelo que as normas desse tipo que constem no atual Plano de Ordenamento terão de ser transpostas para os PDM até junho de 2017. O Programa Especial deverá visar, exclusivamente, a garantia das condições de permanência dos sistemas indispensáveis à utilização sustentável do território.

Quanto à entidade responsável pela gestão, até 2007 o Parque Natural dispôs de uma Comissão Administrativa, órgão executivo dirigido por um Diretor. Atualmente, o PNSE possui um Conselho Estratégico, de natureza consultiva, estando a sua gestão sob responsabilidade do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas (DCNF) do Centro.

⁹ Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio

PASSADO: OS 40 ANOS DO PARQUE NATURAL DA SERRA DA ESTRELA

“Quais foram as principais mudanças durante este período?”

- **A criação do Parque Natural e as duas primeiras décadas**

Dimensão social • A dimensão social do Parque Natural foi alvo de grande atenção durante os primeiros anos da sua existência, tendo sido constituída uma equipa de intervenção social.

Paisagem humanizada • O Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico¹⁰ (SNPRPP) tinha a noção de que a paisagem da Serra da Estrela era resultado, em grande parte, da sua humanização e que a sua preservação dependeria da manutenção e envolvimento das populações locais.

População • O censo disponível à data (1970) indicava que a população residente seria de 70.000 habitantes. No entanto, verificavam-se já fenómenos de emigração com efeitos de decréscimo populacional, ameaçando a manutenção da paisagem característica da Serra.

Sensibilização • Foram desenvolvidas iniciativas de sensibilização das populações, nomeadamente sessões de esclarecimento e a exibição de um filme sobre o Parque Natural, que era recebido com grande entusiasmo.

Promoção do queijo • Uma das iniciativas mais importantes nos primeiros anos foi a de estudo, promoção e regulamentação da produção do “Queijo Serra da Estrela”. Foi realizado um estudo intensivo sobre o pastoreio e o processo de produção do queijo e organizaram-se feiras e concursos. Em 1985 foi criada a “Região Demarcada do Queijo Serra da Estrela”¹¹.

Conhecimento • A década de 1990 foi profícua na elaboração de estudos, guias de interpretação e cartografia, alguns em colaboração com

¹⁰ Primeiro serviço em Portugal criado para garantir a melhor utilização das áreas classificadas (Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de setembro)

¹¹ Decreto Regulamentar n.º 42/85, de 5 de julho

Universidades. Foi também neste período que foi criado o CineEco¹², então designado “*Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente da Serra da Estrela*”.

- Divulgação • Verificou-se um esforço de publicação do conhecimento adquirido, nomeadamente sobre vegetação¹³ e geologia¹⁴.
- Percursos pedestres • A publicação “*À descoberta da Estrela. Grandes rotas pedestres*”¹⁵ teve um enorme sucesso, sendo resultado do trabalho de marcação, durante a década de 1990, de uma rede de percursos pedestres com cerca de 370 km na área da Serra da Estrela. Este trabalho foi inspirado em boas práticas externas e numa visita aos Alpes.
- Plano de ordenamento • Alguns dos estudos foram desenvolvidos no âmbito da preparação do primeiro plano de ordenamento. Nessa fase, apostou-se sobretudo no conhecimento dos técnicos locais e num grande envolvimento por parte da Direção.
- Valorização • Durante este primeiro período de existência do Parque Natural era notório o entusiasmo por parte dos técnicos e mesmo das populações, pela perceção de que o território poderia ser valorizado.
- Imagem • O Parque Natural mudou a imagem da Serra da Estrela, ajudou a perceber que a Serra se estende para além do planalto central e inclui também as zonas intermédias, as aldeias e as pessoas.

• As décadas seguintes

- População • A perda de população foi-se acentuando.
- Conversão da ocupação • O uso tradicional do território foi diminuindo e tem-se assistido a uma conversão da ocupação e refuncionalização do território.
- Turismo • Verificou-se um maior desenvolvimento turístico.

¹² O primeiro Festival CineEco decorreu entre 28 de Outubro e 5 de Novembro de 1995 e foi organizado com o apoio directo da Câmara Municipal de Seia, do Parque Natural da Serra da Estrela, da Região de Turismo da Serra da Estrela, da ADRUSE, Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela, e do IPAMB, Instituto de Promoção Ambiental. <http://www.cineeco.pt/>

¹³ Pinto da Silva, A.R. & Teles, A.N. (1999). A flora e a vegetação da Serra da Estrela. Instituto de Conservação da Natureza: Lisboa

¹⁴ Ferreira, N. & Vieira, G. (1999). Guia geológico e geomorfológico do Parque Natural da Serra da Estrela. Parque Natural da Serra da Estrela

¹⁵ Barbosa, A. & Correia, A. (1998). À descoberta da Estrela. Grandes rotas pedestres. Instituto da Conservação da Natureza: Lisboa.

- Degradação ambiental** • O clima alterou-se. O ecossistema tornou-se menos sustentável, com perda de biodiversidade. A ocorrência de incêndios passou a ser maior.
- Distanciamento** • Depois do envolvimento e entusiasmo dos primeiros tempos verificou-se um distanciamento entre a Direção do Parque Natural e as populações. Começou a existir a perceção de que o Parque Natural constitui um travão ao desenvolvimento, deixando de ser visto como uma mais-valia para o território.

A **figura 5** resume de forma visual os principais aspetos referidos individualmente pelos participantes.



figura 5. Aspetos que mais se alteram no território do PNSE (nuvem de palavras construída a partir da categorização das respostas recolhidas através dos *post-its*. A dimensão das palavras é proporcional ao número de respostas que abordaram o tópico).

"A oferta turística aumentou."

"Cada vez maior desertificação humana da envolvente, um grande erro!"

"Perda de tradições, usos e costumes."

"Há uma maior sensibilização das comunidades para os valores das áreas protegidas."

PRESENTE: O CONTRIBUTO DO PNSE PARA A SUSTENTABILIDADE DO TERRITÓRIO

“De que forma o PNSE contribui para a sustentabilidade e valorização do território?”

- Preservação da paisagem • O Parque Natural tem contribuído para a preservação da paisagem e da natureza e para o ordenamento do espaço.
- Autenticidade • A manutenção da paisagem, dos valores naturais e das tradições é a base para o desenvolvimento de projetos de valorização do território, alicerçados na autenticidade.
- Dinamização do turismo • Um exemplo deste tipo de projetos, que tiram partido das mais-valias geradas pela existência do Parque Natural, é a Rede de Aldeias de Montanha¹⁶ que procura dinamizar um produto turístico suportado na paisagem, cultura e tradições, através do envolvimento dos agentes hoteleiros, juntas de freguesia e populações.
- Turismo de natureza • Por outro lado, é na preservação dos elementos naturais que reside o potencial da Serra da Estrela para atividades de turismo de natureza, potencial que deve ser explorado.
- Associativismo • O apoio do Parque Natural foi importante na criação de movimentos associativos, nomeadamente a URZE – Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela.

“Quais os principais problemas que persistem?”

- Descaracterização da paisagem • Permanência de alguns elementos descaracterizadores da paisagem, áreas ardidas não recuperadas e construções que constituem intrusões visuais e que requerem correção.
- População • O abandono populacional é cada vez maior (a população residente é hoje cerca de metade daquela que existia à data da criação do

¹⁶ O projeto é dinamizado pela ADIRAM – Associação de desenvolvimento integrado da rede de aldeias de montanha e é sobretudo divulgado através da sua página de *facebook* <https://www.facebook.com/aldeiasmontanha>

Parque Natural). É necessário encontrar formas de fixar população através de investimento.

Turismo • A oferta turística cresceu mas não está devidamente estruturada. As pressões resultantes de um turismo em massa subsistem. O monopólio criado pela concessão à Turistrela mantém-se como obstáculo à exploração de outras vertentes do turismo.

Divulgação • Os visitantes continuam a ter uma informação muito incompleta sobre os valores naturais e culturais da Serra da Estrela. A informação divulgada é pouco concreta e objetiva.

Infraestruturas e sinalética • Falta criar uma rede de centros de visitação atrativos, que forneçam informação útil (o que visitar, quando visitar), sinalética adequada (sinalizando e interpretando os valores naturais em presença) e expandir a rede de percursos pedestres de forma a integrar também as aldeias.

Gestão • A capacidade de intervenção e dinamização da entidade gestora do Parque Natural está reduzida, sem capacidade estratégica, financeira ou de mobilização de recursos.

Economia • Ainda não se encontrou um (novo) modelo de produção competitivo, capaz de responder às necessidades atuais e, simultaneamente, explorar as mais-valias do território e atrair investimento.

Governança • Não existe coordenação entre os diversos agentes que atuam no território.

“O modelo preconizado pelo Parque Natural continua por concretizar.”

“Mesmo sem muito dinheiro é possível fazer coisas.”

“A Serra é uma unidade mas não existe unidade entre os atores.”

“O Parque hoje é um conjunto de regras administrativas, limitações, deveres, direitos e obrigações.”

FUTURO: DESAFIOS E RESPOSTAS NA GESTÃO DESTE TERRITÓRIO

“Quais os principais desafios que se vão colocar nos próximos 10 anos?”

- Mudança rápida** • Os próximos 10 anos trarão alterações mais rápidas e mais significativas do que as verificadas nos últimos 40 anos.
- Alterações climáticas** • As alterações climáticas farão com que a quantidade de neve na Serra da Estrela seja cada vez menor.
- Incêndios** • A prevenção e o combate aos incêndios continuará a ser um desafio.
- Coberto vegetal** • O coberto vegetal poderá sofrer alterações na sua composição e tipologia, nomeadamente em termos da percentagem de floresta autóctone existente.
- População** • A perda populacional será acelerada e continuará a ser um desafio fixar população.
- Manutenção da paisagem** • Consequentemente, a manutenção da paisagem humanizada, que tem na base o desenvolvimento de atividades agroflorestais sustentáveis, estará ameaçada.
- Queijo** • A produção do (autêntico) Queijo Serra da Estrela estará cada vez mais em risco devido à diminuição do número de criadores, do efetivo pecuário e da produção de leite na região.
- Turismo** • O volume de turismo, a origem e o perfil dos visitantes tenderão a alterar-se e será necessário determinar a capacidade de carga do(s) sistema(s).
- Plano de ordenamento** • A recente alteração do regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (2014/2015) exigirá a transposição das normas relativas à classificação do uso do solo e à edificabilidade para os PDM.
- Gestão** • Neste contexto, e considerando as limitações cada vez maiores do Estado em termos de recursos, as funções e competências do Parque Natural e da sua entidade gestora poderão ter de ser repensadas.

“Como dar resposta a esses desafios?”

- Políticas públicas** • Será necessária uma visão política coerente para este território e a implementação de políticas públicas claras (e respetivo financiamento) que permitam inverter a perda de população.
- Investimento** • Será essencial o investimento no setor primário e nas novas tecnologias, que permitam a modernização de processos e produtos.
- Divulgação** • Uma comunicação mais atrativa sobre os valores naturais da Serra da Estrela poderá cativar outro tipo de visitantes para a região.
- Estruturação da oferta** • Criar, de forma integrada, produtos e serviços de qualidade e que sejam divulgados de forma adequada.
- Complementaridade** • Desenvolver formas complementares de rendimento, que garantam a sustentabilidade dos negócios. Mesmo dentro do setor do turismo devem ser exploradas diversas tipologias (turismo de natureza, turismo científico, turismo industrial, geoturismo) como complemento aos produtos principais.
- Concertação** • Garantir o diálogo entre as entidades que atuam no território, que permita uma intervenção concertada.
- Abordagem integrada** • Promover a interligação entre o Parque e o território envolvente, nomeadamente a área complementar dos municípios abrangidos.
- Envolvimento da população** • Melhorar o relacionamento das populações com o território e com as estruturas de gestão, envolvendo as comunidades no processo de desenvolvimento.

No futuro desejável existe:

"Valorização internacional do território."

"Um Parque Natural mais ativo."

"Preservação do espaço físico e das pessoas, criando condições para o seu desenvolvimento."

"O fim dos monopólios instalados."

"Uma estratégia coerente e multidisciplinar."

Como já foi referido, o objetivo do presente documento é oferecer uma síntese estruturada dos tópicos abordados durante o *workshop*, que possa ser amplamente divulgada e servir de base para novas reflexões sobre as dinâmicas e desafios neste território.

Futuras interpretações e conclusões, desenvolvidas no âmbito da investigação de doutoramento em curso, serão discutidas e divulgadas junto de todos os interessados.

No entanto, é possível, desde já, realçar a importância da dimensão social no passado, presente e futuro do Parque Natural da Serra da Estrela.

ANEXO II. GUIÕES UTILIZADOS NAS ENTREVISTAS

A título de exemplo são apresentados os guiões utilizados nas entrevistas relativas ao Parque Natural da Serra da Estrela. Os guiões aplicados no caso do Parque Natural de Sintra-Cascais foram idênticos, com as devidas adaptações.

Questões para entrevista exploratória a técnicos do departamento de planeamento dos Municípios abrangidos:

1. De que forma mudou o território do Município nos últimos 10 anos?
2. Quais as principais vantagens e constrangimentos de estar inserido no Parque Natural?
3. Como sabe, o plano de ordenamento do Parque, em vigor desde 1990, foi revisto e a nova versão aprovada em 2009. Recorda diferenças significativas entre a versão de 1990 e a versão de 2009? Quais?
4. Existem aspetos em que o plano de ordenamento atualmente em vigor se encontra desadequado à realidade do território? Quais?
5. Deveria o plano de ordenamento ser mais flexível? Em que aspetos e de que forma?
6. A correta gestão do território do Parque requer outros instrumentos para além do plano de ordenamento? Quais?
7. Como aprecia a cooperação institucional entre a entidade gestora do Parque e a Câmara Municipal? As competências da Câmara Municipal na gestão do PNSE deveriam ser redefinidas? De que modo?
8. Como encaram a alteração do regime jurídico dos IGT e a obrigatoriedade de incorporar normas do plano de ordenamento do Parque no PDM?

Questões para entrevista exploratória ao DCNF Centro:

1. Quais são as principais necessidades em termos de gestão da área protegida?
2. Qual a importância do ordenamento do território na gestão da área protegida?
3. Recordam diferenças significativas entre o Plano de Ordenamento de 1990 e o de 2009?
4. Existem aspetos em que o plano em vigor (2009) se encontra desadequado da realidade do território? Ou aspetos em que o plano dificulta a gestão da área protegida?
5. Poderia (deveria) o plano ser mais flexível? Em que aspetos?
6. Vantagens e desvantagens (ou oportunidades e ameaças) do novo RJGT (programas especiais e vinculação dos particulares)?

ANEXO III. QUESTIONÁRIO

A título de exemplo é apresentada a versão do questionário aplicada na consulta a peritos sobre os parques naturais. As versões referentes aos casos de estudo são idênticas, com as devidas adaptações.

1. Um parque natural tem como propósito:

Hierarquize os seguintes objetivos gerais por ordem de importância, de 1 a 5, em que 1 é o objetivo mais importante e 5 o objetivo menos importante. Os níveis de importância não se devem repetir. Caso deseje acrescentar um objetivo escreva o texto na opção “outro” e hierarquize a mesma.

Proporcionar áreas de contacto com a natureza para fins recreativos, educativos e espirituais	<input type="checkbox"/>
Proteger espécies e habitats ameaçados, contribuindo para a manutenção da biodiversidade	<input type="checkbox"/>
Promover o desenvolvimento socioeconómico ao nível local e regional	<input type="checkbox"/>
Garantir a existência de processos ecológicos essenciais, tais como a regulação do ciclo hidrológico e do clima local/regional	<input type="checkbox"/>
Preservar a memória histórica e cultural dos lugares, nomeadamente as paisagens tradicionais e atividades humanas associadas	<input type="checkbox"/>
Outro: _____	<input type="checkbox"/>

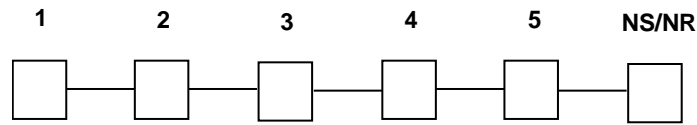
2. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Utilize a seguinte escala: 1- discordo plenamente; 2 - discordo parcialmente; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo parcialmente; 5 - concordo plenamente; NS/NR - não sei / não respondo. Marque com um X a sua resposta.

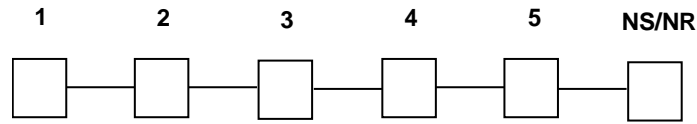
- Um parque natural deve ser resiliente

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

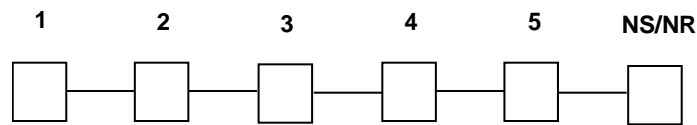
- Um parque natural é formado por componentes humanas e componentes biofísicas fortemente interligadas



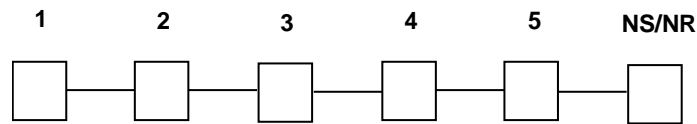
- Um parque natural é um sistema dinâmico



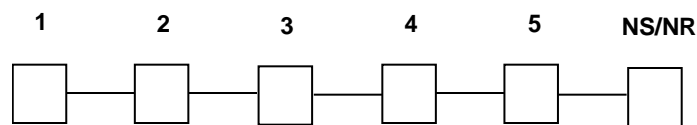
- As condições ecológicas e socioeconómicas do território de um parque natural podem alterar-se de forma imprevisível



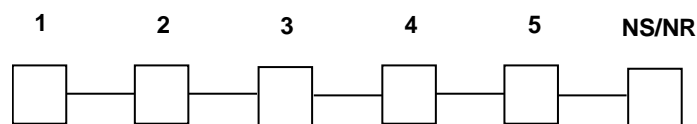
- Um parque natural deve cumprir os seus objetivos, independentemente das condições ecológicas e socioeconómicas do território em dado momento



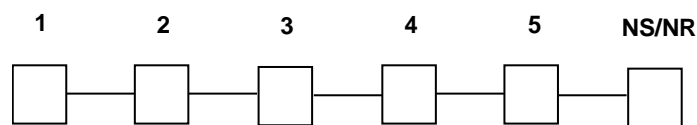
- A classificação de um território como parque natural deve manter-se, independentemente da deterioração das condições que justificaram essa classificação



- As condições ecológicas e socioeconómicas do território de um parque natural devem ser monitorizadas ao longo do tempo



- Perante novas condições ecológicas e socioeconómicas do território, um parque natural deve ser reestruturado (por exemplo, na sua delimitação, estrutura de gestão, normas de utilização, formas de intervenção, etc.)



3. Quais considera serem as 3 principais ameaças ao cumprimento dos objetivos de conservação dos parques naturais em Portugal?

Indique as ameaças, por ordem de importância, e os fatores que podem estar na origem de cada uma.

Ameaça 1:

ex.: poluição; expansão urbana, etc.

Causas da ameaça 1:

ex.: crescimento populacional; alteração de padrões de consumo, etc.

Ameaça 2:

Causas da ameaça 2:

Ameaça 3:

Causas da ameaça 3:

4. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Utilize a seguinte escala: 1- discordo plenamente; 2 - discordo parcialmente; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo parcialmente; 5 - concordo plenamente; NS/NR - não sei / não respondo. Marque com um X a sua resposta.

- A existência de normas que regulem o uso do solo e as atividades humanas num parque natural é essencial para o cumprimento dos objetivos da sua classificação

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Até ao presente, os planos de ordenamento de área protegida foram suficientes para dar resposta às principais ameaças existentes nos parques naturais

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Os planos de ordenamento de área protegida eram instrumentos demasiado rígidos que, perante alterações no território, facilmente ficavam desatualizados

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Os planos de ordenamento de área protegida poderiam ser instrumentos mais flexíveis

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- As normas impostas pelos planos de ordenamento de área protegida foram penalizadoras para as populações residentes em parques naturais em termos de desenvolvimento socioeconómico

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

5. Considere a seguinte lista de ameaças e selecione com um X aquelas para as quais as normas sobre o uso e ocupação do solo podem ser mais relevantes em termos de prevenção/resposta:

	Introdução ou propagação de espécies invasoras
	Expansão ou intensificação de atividade agrícola e pecuária
	Alterações climáticas
	Instalação de infraestruturas para produção de energia e extração de inertes
	Poluição
	Instalação de corredores de transporte e serviços (estradas; telecomunicações, etc.)
	Eventos geológicos catastróficos
	Expansão de áreas urbanas e construção de infraestruturas
	Consumo de recursos biológicos (pesca; exploração madeireira, etc.)
	Perturbação humana (atividades recreativas)
	Modificações dos sistemas naturais (alterações dos cursos de água; fogo; abandono de terrenos intervencionados);
	Outra: _____

6. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Utilize a seguinte escala: 1- discordo plenamente; 2 - discordo parcialmente; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo parcialmente; 5 - concordo plenamente; NS/NR - não sei / não respondo. Marque com um X a sua resposta.

- Um parque natural deve ser gerido de forma adaptativa

1 2 3 4 5 NS/NR

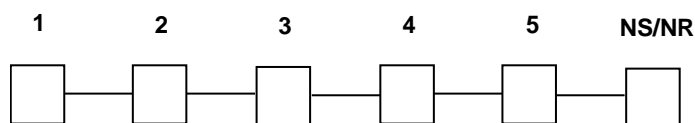
— — — — —

- O cumprimento dos objetivos gerais de um parque natural requer medidas de intervenção ativa sobre as espécies e habitats a proteger

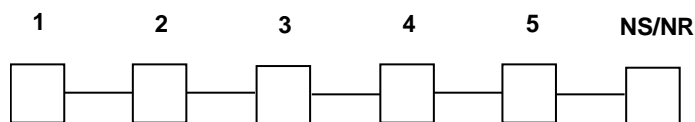
1 2 3 4 5 NS/NR

— — — — —

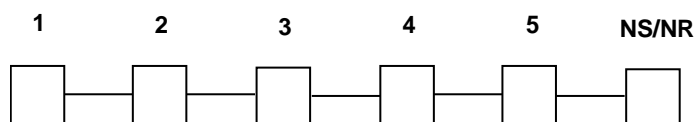
- Um parque natural deve ter um único documento que estabeleça os seus objetivos específicos, ações e medidas a implementar e as regras sobre o uso do solo e as atividades humanas.



- Para o cumprimento dos seus objetivos gerais, um parque natural necessita de um plano de gestão



- Um leque variado de instrumentos (plano de gestão, instrumentos de gestão territorial, plano de comunicação, etc.) seria benéfico para os parques naturais



7. Selecione com um X os 5 elementos que, na sua opinião, são mais importantes para o cumprimento dos objetivos gerais de um parque natural:

	instrumentos de gestão territorial
	recursos humanos
	fiscalização
	plano de gestão
	recursos financeiros
	plano de marketing
	ações de sensibilização e educação ambiental
	planeamento estratégico
	informação de base (cadastro, cartografia, etc.)
	medidas de compensação/discriminação positiva para residentes
	outro: _____

8. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Utilize a seguinte escala: 1- discordo plenamente; 2 - discordo parcialmente; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo parcialmente; 5 - concordo plenamente; NS/NR - não sei / não respondo. Marque com um X a sua resposta.

- o sistema de governança de um parque natural (i.e., as entidades responsáveis, os instrumentos de gestão, os mecanismos de participação dos *stakeholders*) é um elemento crucial na resposta às alterações nas condições do território

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- o sistema de governança atualmente existente nos parques naturais contribui para o cumprimento dos objetivos de classificação destas áreas

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- o sistema de governança de um parque natural deve ser policêntrico

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Num parque natural, o processo de tomada de decisão (definição de princípios, objetivos, políticas e regras) deve envolver todos os *stakeholders* que serão afetados

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- A participação dos *stakeholders* no processo de tomada de decisão deve ser feita através de uma estrutura formal e permanente

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- A participação dos *stakeholders* no processo de tomada de decisão deve ser feita através de processos formais consoante as necessidades

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9. Num parque natural, a estrutura de gestão (responsável pela implementação das políticas, regras e ações) deve ser composta por (pode seleccionar mais do que uma opção):

	Autoridade Nacional para a conservação da natureza e biodiversidade
	Municípios abrangidos
	Freguesias abrangidas
	Comunidade intermunicipal
	Associações de desenvolvimento local
	ONGA
	Associações de moradores
	Entidade regional de turismo
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
	Direção Regional de Agricultura e Pescas
	Outra(s): _____

10. Essa estrutura de gestão deve ser liderada por (selecione apenas uma opção):

	Autoridade Nacional para a conservação da natureza e biodiversidade
	Municípios abrangidos
	Freguesias abrangidas
	Comunidade intermunicipal
	Associações de desenvolvimento local
	ONGA
	Associações de moradores
	Entidade regional de turismo
	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
	Direção Regional de Agricultura e Pescas
	Outra(s): _____

11. Indique o seu grau de concordância com as seguintes afirmações:

Utilize a seguinte escala: 1- discordo plenamente; 2 - discordo parcialmente; 3 - não discordo nem concordo; 4 - concordo parcialmente; 5 - concordo plenamente; NS/NR - não sei / não respondo. Marque com um X a sua resposta.

- O ordenamento do território é uma política não circunscrita aos instrumentos de gestão territorial

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Não é desejável que os instrumentos de planeamento territorial sejam flexíveis

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Os processos de alteração/revisão dos instrumentos de planeamento territorial permitem a sua permanente adequação à realidade do território

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Os instrumentos de planeamento territorial devem impedir a discricionariedade no processo de decisão

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- Os instrumentos de planeamento territorial devem privilegiar um conjunto de critérios de apoio à gestão em detrimento da normativa rígida

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

- A flexibilidade nos instrumentos de planeamento territorial tem uma conotação negativa

1	2	3	4	5	NS/NR
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Sobre o inquirido:

Desenvolve a sua atividade profissional em que tipo de entidade?

<input type="checkbox"/>	Universidade
<input type="checkbox"/>	Câmara Municipal
<input type="checkbox"/>	Outro Organismo do Estado
<input type="checkbox"/>	ONGA
<input type="checkbox"/>	Entidade privada (empresa)
<input type="checkbox"/>	Outra: _____

A sua atividade profissional encontra-se diretamente relacionada com a conservação da natureza/ gestão de áreas protegidas?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Reside num parque natural?

<input type="checkbox"/>	Sim
<input type="checkbox"/>	Não

Caso deseje, deixe aqui o seu comentário/sugestões:

Obrigada pelo seu contributo. Os resultados desta consulta serão divulgados junto de todos os participantes. Para qualquer questão não hesite em contactar-me através do e-mail: cfonseca@fcsb.unl.pt

ANEXO IV. LISTA DE ENTIDADES CONVIDADAS A PARTICIPAR POR PAINEL

Entidades convidadas para o Painel Nacional

Associação Natureza Portugal/ World Wide Fund For Nature

Biodesign - Ambiente e Paisagem, Lda.

CCDR Alentejo

CCDR Algarve

CCDR Centro

CCDR Lisboa e Vale do Tejo

CCDR Norte

DGT - Direção Geral do Território

Erena - Ordenamento E Gestão De Recursos Naturais, S.A

FAPAS - Fundo para a Proteção dos Animais Selvagens

FCUL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

GEOTA - Grupo de Estudos de Ordenamento do Território e Ambiente

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

ICS - Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa

IGOT - Instituto de Geografia e Ordenamento do Território

IST - Instituto Superior Técnico

LPN - Liga para a Proteção da Natureza

Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza

RRplanning, Lda.

SPEA - Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves

Universidade de Coimbra

Universidade de Évora

Zero - Associação Sistema Terrestre Sustentável

Entidades convidadas para o Painel PNSE

AAPIM - Associação de Agricultores para Produção Integrada de Frutos de Montanha
ADAG - Associação distrital dos agricultores da Guarda
ADERES - Associação de Desenvolvimento Rural Estrela-Sul
ADIRAM - Associação de Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha
ADRUSE - Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
AFLOESTRELA - Associação de Produtores Florestais da Beira Alta
ANCOSE - Associação Nacional de Criadores de Ovinos da Serra da Estrela
APABI - Associação de Produtores de Azeite da Beira Interior
ASE - Amigos da Serra da Estrela
Associação Geopark Estrela
Baldios de Folgoso
Câmara Municipal da Covilhã
Câmara Municipal da Guarda
Câmara Municipal de Celorico da Beira
Câmara Municipal de Gouveia
Câmara Municipal de Manteigas
Câmara Municipal de Seia
CELFLOR - Associação de Produtores Florestais
CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens
CIMBSE - Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela
CISE - Centro de Interpretação da Serra da Estrela
COCEBA - Cooperativa Agro-Pecuária de Celorico da Beira
ESTRELACOOOP - Cooperativa de produtores de queijo Serra da Estrela, CRL
ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas
Instituto Politécnico da Guarda
Junta de Freguesia Vila Cova Coelheira
PRORAIA - Associação Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte
QUEIRÓ - Associação para a Floresta, Caça e Pesca
RUDE - Associação de Desenvolvimento Rural
URZE - Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela

Entidades convidadas para o Painel PNSC

Associação de Turismo de Cascais

Associação dos Produtores Agrícolas e Florestais da Estremadura

Câmara Municipal de Cascais

Câmara Municipal de Sintra

Cascais Ambiente

Clube Caçadores da Freguesia Colares

Clube de Caçadores da Freguesia S. João das Lampas

Entidade Regional de Turismo da Região de Lisboa

Extremo Ambiente - Animação Turística, Lda.

FCT - Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade Nova de Lisboa

FCUL - Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa

ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

ISA - Instituto Superior de Agronomia

Junta de Freguesia de Colares

Muitaventura

Parques de Sintra - Monte da Lua

RRplanning, Lda.

União das Freguesias de Sintra

**ANEXO V. CORRESPONDÊNCIA ENTRE A NOMENCLATURA UTILIZADA E A
NOMENCLATURA DAS DIFERENTES VERSÕES DA COS**

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990	
Urbano (territórios artificializados)	1.1.1.01.1 Tecido urbano contínuo predominantemente vertical	1 Territórios artificializados	UU1 Tecido Urbano contínuo	
	1.1.1.02.1 Tecido urbano contínuo predominantemente horizontal			
	1.1.1.03.1 Áreas de estacionamento e logradouros			
	1.1.2.01.1 Tecido urbano descontínuo			UU2 Tecido Urbano descontínuo
				UU9 Outros espaços fora do tecido urbano consolidado
	1.1.2.02.1 Tecido urbano descontínuo esparsos			SW1 Zonas industriais e comerciais
	1.2.1.01.1 Indústria			
	1.2.1.02 Comércio			
	1.2.1.03.1 Instalações agrícolas			
	1.2.1.04.1 Equipamentos públicos e privados			SW9 Outras infraestruturas e equipamentos
	1.2.1.05.1 Infra-estruturas de produção de energia renovável			
	1.2.1.05.2 Infra-estruturas de produção de energia não renovável			
	1.2.1.06.1 Infra-estruturas de captação, tratamento e abastecimento de águas para consumo			
	1.2.1.07.1 Infra-estruturas de tratamento de resíduos e águas residuais			
	1.2.2.01.1 Rede viária e espaços associados			SW2 Vias de comunicação (Rodoviárias e ferroviárias)
	1.2.2.02.1 Rede ferroviária e espaços associados			
	1.2.3.01.1 Terminais portuários de mar e de rio			SW3 Zonas portuárias
	1.2.3.02.1 Estaleiros navais e docas secas			
	1.2.3.03.1 Marinas e docas pesca			
	1.2.4.01.1 Aeroportos			SW4 Aeroportos
	1.2.4.02.1 Aeródromos			
	1.3.1.01.1 Minas a céu aberto			
	1.3.1.02.1 Pedreiras			JJ1 Pedreiras, saibreiras, minas a céu aberto
	1.3.2.01.1 Aterros			
				JJ2 Lixeiras, descargas industriais e depósitos de sucata
	1.3.2.02.1 Lixeiras e Sucatas			JJ3 Estaleiros de construção civil
	1.3.3.01.1 Áreas em construção			JJ9 Outras áreas degradadas
	1.3.3.02.1 Áreas abandonadas em territórios artificializados			SL1 Espaços verdes urbanos (florestais)
	1.4.1.01.1 Parques e jardins			
	1.4.1.02.1 Cemitérios			
	1.4.2.01.1 Campos de golfe			
	1.4.2.01.2 Outras instalações desportivas			
	1.4.2.02.1 Parques de campismo			
		SL2 Espaços verdes (não florestais) para as actividades desportivas e de lazer		
1.4.2.02.2 Outros equipamentos de lazer				
1.4.2.03.1 Equipamentos culturais e zonas históricas				

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990
Agrícola	2.1.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro	2.1.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro	CC1 Sequeiro
	2.1.1.02.1 Estufas e Viveiros	2.1.2.01.1 Culturas temporárias de regadio	CC9 Outros (estufas, viveiros, etc)
	2.1.2.01.1 Culturas temporárias de regadio	2.1.3.01.1 Arrozais	CC2 Regadio
	2.1.3.01.1 Arrozais	2.2.1.01.1 Vinhas	CC3 Arrozais
	2.2.1.01.1 Vinhas	2.2.2 Pomares	VV1 Vinha
	2.2.1.02.1 Vinhas com pomar	2.2.3.01.1 Olivais	VA1 Vinha + Pomar
	2.2.1.03.1 Vinhas com olival	2.3 Pastagens permanentes	VO1 Vinha + Olival
	2.2.2.01.1 Pomares de frutos frescos	2.4.2.01.1 Sistemas culturais e parcelares complexos	VC1 Vinha+ Cultura anual
	2.2.2.01.2 Pomares de amendoeira	2.4.3.01.1 Agricultura com espaços naturais e seminaturais	AA1 Citrinos
	2.2.2.01.3 Pomares de castanheiro	2.4.4.01.1 SAF de sobreiro com culturas temporárias de sequeiro	AA2 Pomoideas
	2.2.2.01.4 Pomares de alfarrobeira	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro	AA3 Prumoideas (sem a amendoeira)
	2.2.2.01.5 Pomares de citrinos	2.4.4.01.3 SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de sequeiro	AA4 Amendoeiras
	2.2.2.01.6 Outros pomares	2.4.4.01.4 SAF de pinheiro manso com culturas temporárias de sequeiro	AA5 Figueiras
	2.2.2.02.1 Pomares de frutos frescos com vinha	2.4.4.01.5 SAF de outras espécies com culturas temporárias de sequeiro	AA6 Alfarrobeiras
	2.2.2.02.2 Pomares de amendoeira com vinha	2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro	AA9 Outros pomares
	2.2.2.02.3 Pomares de castanheiro com vinha	2.4.4.01.7 SAF de outras misturas com culturas temporárias de sequeiro	AAx Mistos de pomares
	2.2.2.02.4 Pomares de alfarrobeira com vinha	2.4.4.02.1 SAF de sobreiro com culturas temporárias de regadio	AC(1-x) Pomar + Cultura anual
	2.2.2.02.5 Pomares de citrinos com vinha	2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio	AV(1-x) Pomar + Vinha
	2.2.2.02.6 Outros pomares com vinha	2.4.4.02.3 SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de regadio	AO(1-X) Pomar + Olival
	2.2.2.03.1 Pomares de frutos frescos com olival	2.4.4.02.4 SAF de pinheiro manso com culturas temporárias de regadio	DD1 Medronheiro
	2.2.2.03.2 Pomares de amendoeira com olival	2.4.4.02.5 SAF de outras espécies com culturas temporárias de regadio	DD9 Outras arbustivas
	2.2.2.03.3 Pomares de castanheiro com olival	2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de regadio	
	2.2.2.03.4 Pomares de alfarrobeira com olival	2.4.4.02.7 SAF de outras misturas com culturas temporárias de regadio	
	2.2.2.03.5 Pomares de citrinos com olival	2.4.4.03.1 SAF de sobreiro com pastagens	
	2.2.2.03.6 Outros pomares com olival	2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens	OC1 Olival + Cultura anual

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990
	2.2.3.01.1 Olivais	2.4.4.03.3 SAF de outros carvalhos com pastagens	OO1 Olival
	2.2.3.02.1 Olivais com vinha	2.4.4.03.4 SAF de pinheiro manso com pastagens	OV1 Olival + Vinha
	2.2.3.03.1 Olivais com pomar	2.4.4.03.5 SAF de outras espécies com pastagens	OA1 Olival + Pomar
	2.3.1.01.1 Pastagens permanentes	2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira com pastagens	GG1 Prados e lameiros
	2.4.1.01.1 Culturas temporárias de sequeiro associadas a vinha	2.4.4.03.7 SAF de outras misturas com pastagens	
	2.4.1.01.2 Culturas temporárias de sequeiro associadas a pomar	2.4.4.04.5 SAF de outras espécies com culturas permanentes	CV(1-x) Culturas anuais + Vinha
	2.4.1.01.3 Culturas temporárias de sequeiro associadas a olival	2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira com culturas permanentes	CA(1-2) Culturas anuais + Pomar
	2.4.1.02.1 Culturas temporárias de regadio associadas a vinha	2.4.4.04.7 SAF de outras misturas com culturas permanentes	CO(1-2) Culturas anuais + Olival
	2.4.1.02.2 Culturas temporárias de regadio associadas a pomar	3.1.1 Florestas de folhosas	CX1 Sistemas culturais e parcelares complexos
	2.4.1.02.3 Culturas temporárias de regadio associadas a olival	3.1.1.01.1 Florestas de sobreiro	CI(1-2) Áreas principalmente agrícolas com espaços naturais importantes
	2.4.1.03.1 Pastagens associadas a vinha	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	
	2.4.1.03.2 Pastagens associadas a pomar	3.1.1.01.3 Florestas de outros carvalhos	C+_0 Culturas anuais + espécie florestal
	2.4.1.03.3 Pastagens associadas a olival	3.1.2.01.2 Florestas de pinheiro manso	_+C(1-2) Espécie florestal + culturas anuais
	2.4.2.01.1 Sistemas culturais e parcelares complexos		
	2.4.3.01.1 Agricultura com espaços naturais e semi-naturais		
	2.4.4.01.1 SAF de sobreiro com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.01.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.01.3 SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.01.4 SAF de pinheiro manso com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.01.5 SAF de outras espécies com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.01.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.01.7 SAF de outras misturas com culturas temporárias de sequeiro		
	2.4.4.02.1 SAF de sobreiro com culturas temporárias de regadio		
	2.4.4.02.2 SAF de azinheira com culturas temporárias de regadio		
	2.4.4.02.3 SAF de outros carvalhos com culturas temporárias de regadio		
	2.4.4.02.4 SAF de pinheiro manso com culturas temporárias de regadio		
	2.4.4.02.5 SAF de outras espécies com culturas temporárias de regadio		
	2.4.4.02.6 SAF de sobreiro com azinheira e com culturas		

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990
	temporárias de regadio		
	2.4.4.02.7 SAF de outras misturas com culturas temporárias de regadio		
	2.4.4.03.1 SAF de sobreiro com pastagens		
	2.4.4.03.2 SAF de azinheira com pastagens		
	2.4.4.03.3 SAF de outros carvalhos com pastagens		
	2.4.4.03.4 SAF de pinheiro manso com pastagens		
	2.4.4.03.5 SAF de outras espécies com pastagens		
	2.4.4.03.6 SAF de sobreiro com azinheira com pastagens		
	2.4.4.03.7 SAF de outras misturas com pastagens		
	2.4.4.04.1 SAF de sobreiro com culturas permanentes		
	2.4.4.04.2 SAF de azinheira com culturas permanentes		
	2.4.4.04.3 SAF de outros carvalhos com culturas permanentes		
	2.4.4.04.4 SAF de pinheiro manso com culturas permanentes		
	2.4.4.04.5 SAF de outras espécies com culturas permanentes		
	2.4.4.04.6 SAF de sobreiro com azinheira com culturas permanentes		
	2.4.4.04.7 SAF de outras misturas com culturas permanentes		
	3.1.1.01.1 Florestas de sobreiro	3.1.1 Florestas de folhosas	BB+_ Sobreiro
	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	3.1.1.01.1 Florestas de sobreiro	ZZ+_ Azinheira
	3.1.1.01.3 Florestas de outros carvalhos	3.1.1.01.2 Florestas de azinheira	QQ+_ Carvalho
	3.1.1.01.4 Florestas de castanheiro	3.1.1.01.3 Florestas de outros carvalhos	TT+_ Castanheiro bravo
	3.1.1.01.5 Florestas de eucalipto	3.1.1.01.7 Florestas de outras folhosas	NN+_ Castanheiro manso
	3.1.1.01.6 Florestas de espécies invasoras	3.1.1.01.5 Florestas de eucalipto	EE+_ Eucalipto
	3.1.1.01.7 Florestas de outras folhosas	3.1.2.01.1 Florestas de pinheiro bravo	FF+_ Outras folhosas
	3.1.1.02.1 Florestas de sobreiro com folhosas	3.1.2.01.2 Florestas de pinheiro manso	
	3.1.1.02.2 Florestas de azinheira com folhosas	3.1.2.01.3 Florestas de outras resinosas	
	3.1.1.02.3 Florestas de outros carvalhos com folhosas	3.2.4.08.1 Cortes rasos de florestas de sobreiro	
	3.1.1.02.4 Florestas de castanheiro com folhosas	3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira	
	3.1.1.02.5 Florestas de eucalipto com folhosas	3.2.4.08.3 Cortes rasos de florestas de outros carvalhos	
	3.1.1.02.6 Florestas de espécies invasoras com folhosas	3.2.4.08.4 Cortes rasos de florestas de castanheiro	
	3.1.1.02.7 Florestas de outra folhosa com folhosas	3.2.4.08.5 Cortes rasos de florestas de eucalipto	
		3.2.4.08.6 Cortes rasos de florestas de espécies invasoras	PP+_ Pinheiro bravo
	3.1.2.01.1 Florestas de pinheiro bravo	3.2.4.08.7 Cortes rasos de florestas de outras folhosas	MM+_ Pinheiro manso
	3.1.2.01.2 Florestas de pinheiro manso	3.2.4.09.1 Cortes rasos de florestas de pinheiro bravo	RR+_ Outras resinosas
	3.1.2.01.3 Florestas de outras resinosas		Povoamento florestal misto (Folhosas + Resinosas)
	3.1.2.02.1 Florestas de pinheiro bravo com resinosas	3.2.4.09.2 Cortes rasos de florestas de pinheiro manso	Combinação das letras
	3.1.2.02.2 Florestas de pinheiro manso com resinosas	3.2.4.09.3 Cortes rasos de florestas de outras resinosas	Combinação das letras
	3.1.2.02.3 Florestas de outra resinosa com resinosas	3.2.4.10.1 Novas plantações de florestas de sobreiro	

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990
	3.1.3.01.1 Florestas de sobreiro com resinosas	3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira	
	3.1.3.01.2 Florestas de azinheira com resinosas	3.2.4.10.3 Novas plantações de florestas de outros carvalhos	
	3.1.3.01.3 Florestas de outros carvalhos com resinosas	3.2.4.10.4 Novas plantações de florestas de castanheiro	
	3.1.3.01.4 Florestas de castanheiro com resinosas	3.2.4.10.5 Novas plantações de florestas de eucalipto	
	3.1.3.01.5 Florestas de eucalipto com resinosas	3.2.4.10.6 Novas plantações de florestas de espécies invasoras	
	3.1.3.01.6 Florestas de espécies invasoras com resinosas	3.2.4.10.7 Novas plantações de florestas de outras folhosas	
	3.1.3.01.7 Florestas de outra folhosa com resinosas	3.2.4.11.1 Novas plantações de florestas de pinheiro bravo	
	3.1.3.01.8 Florestas de misturas de folhosas com resinosas	3.2.4.11.2 Novas plantações de florestas de pinheiro manso	
	3.1.3.02.1 Florestas de pinheiro bravo com folhosas	3.2.4.11.3 Novas plantações de florestas de outras resinosas	
	3.1.3.02.2 Florestas de pinheiro manso com folhosas	3.2.4.13.1 Aceiros e/ou corta-fogos	
	3.1.3.02.3 Florestas de outra resinosa com folhosas		
	3.1.3.02.4 Florestas de misturas de resinosas com folhosas		
	3.2.4.01.1 Florestas abertas de sobreiro		
	3.2.4.01.2 Florestas abertas de azinheira		
	3.2.4.01.3 Florestas abertas de outros carvalhos		
	3.2.4.01.4 Florestas abertas de castanheiro		
	3.2.4.01.5 Florestas abertas de eucalipto		
	3.2.4.01.6 Florestas abertas de espécies invasoras		
	3.2.4.01.7 Florestas abertas de outras folhosas		
	3.2.4.02.1 Florestas abertas de sobreiro com folhosas		
	3.2.4.02.2 Florestas abertas de azinheira com folhosas		
	3.2.4.02.3 Florestas abertas de outros carvalhos com folhosas		
	3.2.4.02.4 Florestas abertas de castanheiro com folhosas		
	3.2.4.02.5 Florestas abertas de eucalipto com folhosas		
	3.2.4.02.6 Florestas abertas de espécies invasoras com folhosas		
	3.2.4.02.7 Florestas abertas de outra folhosa com folhosas		
	3.2.4.03.1 Florestas abertas de pinheiro bravo		
	3.2.4.03.2 Florestas abertas de pinheiro manso		
	3.2.4.03.3 Florestas abertas de outras resinosas		
	3.2.4.04.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com resinosas		
	3.2.4.04.2 Florestas abertas de pinheiro manso com resinosas		
	3.2.4.04.3 Florestas abertas de outra resinosa com resinosas		
	3.2.4.05.1 Florestas abertas de sobreiro com resinosas		
	3.2.4.05.2 Florestas abertas de azinheira com resinosas		

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990
	3.2.4.05.3 Florestas abertas de outros carvalhos com resinosas		
	3.2.4.05.4 Florestas abertas de castanheiro com resinosas		
	3.2.4.05.5 Florestas abertas de eucalipto com resinosas		
	3.2.4.05.6 Florestas abertas de espécies invasoras com resinosas		
	3.2.4.05.7 Florestas abertas de outra folhosa com resinosas		
	3.2.4.05.8 Florestas abertas de misturas de folhosas com resinosas		
	3.2.4.06.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com folhosas		
	3.2.4.06.2 Florestas abertas de pinheiro manso com folhosas		
	3.2.4.06.3 Florestas abertas de outras resinosas com folhosas		
	3.2.4.06.4 Florestas abertas de misturas de resinosas com folhosas		
	3.2.4.03.2 Florestas abertas de pinheiro manso		
	3.2.4.03.3 Florestas abertas de outras resinosas		
	3.2.4.04.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com resinosas		
	3.2.4.04.2 Florestas abertas de pinheiro manso com resinosas		
	3.2.4.04.3 Florestas abertas de outra resinosa com resinosas		
	3.2.4.05.1 Florestas abertas de sobreiro com resinosas		
	3.2.4.05.2 Florestas abertas de azinheira com resinosas		
	3.2.4.05.3 Florestas abertas de outros carvalhos com resinosas		
	3.2.4.05.4 Florestas abertas de castanheiro com resinosas		
	3.2.4.05.5 Florestas abertas de eucalipto com resinosas		
	3.2.4.05.6 Florestas abertas de espécies invasoras com resinosas		
	3.2.4.05.7 Florestas abertas de outra folhosa com resinosas		
	3.2.4.05.8 Florestas abertas de misturas de folhosas com resinosas		
	3.2.4.06.1 Florestas abertas de pinheiro bravo com folhosas		
	3.2.4.06.2 Florestas abertas de pinheiro manso com folhosas		
	3.2.4.06.3 Florestas abertas de outras resinosas com folhosas		
	3.2.4.06.4 Florestas abertas de misturas de resinosas com folhosas		
	3.2.4.07.1 Outras formações lenhosas		
	3.2.4.08.1 Cortes rasos de florestas de sobreiro		
	3.2.4.08.2 Cortes rasos de florestas de azinheira		
	3.2.4.08.3 Cortes rasos de florestas de outros carvalhos		
	3.2.4.08.4 Cortes rasos de florestas de castanheiro		
	3.2.4.08.5 Cortes rasos de florestas de eucalipto		
	3.2.4.08.6 Cortes rasos de florestas de espécies invasoras		
	3.2.4.08.7 Cortes rasos de florestas de outras folhosas		
	3.2.4.09.1 Cortes rasos de florestas de pinheiro bravo		
	3.2.4.09.2 Cortes rasos de florestas de pinheiro manso		
	3.2.4.09.3 Cortes rasos de florestas de outras resinosas		
	3.2.4.10.1 Novas plantações de florestas de sobreiro		

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990	
	3.2.4.10.2 Novas plantações de florestas de azinheira			
	3.2.4.10.3 Novas plantações de florestas de outros carvalhos			
	3.2.4.10.4 Novas plantações de florestas de castanheiro			
	3.2.4.10.5 Novas plantações de florestas de eucalipto			
	3.2.4.10.6 Novas plantações de florestas de espécies invasoras			
	3.2.4.10.7 Novas plantações de florestas de outras folhosas			
	3.2.4.11.1 Novas plantações de florestas de pinheiro bravo			
	3.2.4.11.2 Novas plantações de florestas de pinheiro manso			
	3.2.4.11.3 Novas plantações de florestas de outras resinosas			
	3.2.4.12.1 Viveiros florestais			
	3.2.4.13.1 Aceiros e/ou corta-fogos			
	Matos	3.2.1.01.1 Vegetação herbácea natural	2.3.1.01.1 Pastagens permanentes	I1 Pastagens naturais pobres
		3.2.2.01.1 Matos densos	3.2.2 Matos	II2 Vegetação arbustiva baixa- matos
3.2.2.02.1 Matos pouco densos				
3.2.3.01.1 Vegetação esclerófito densa			QQ6/FF6 Vegetação esclerófito- carrascal	
Área ardida	3.2.3.02.1 Vegetação esclerófito pouco densa			
	3.3.4.01.1 Áreas ardidas não florestais	3.3.4.01.1 Áreas ardidas não florestais	__+4 Zonas incendiadas recentemente	
	3.3.4.02.1 Áreas ardidas em florestas de sobreiro	3.3.4.02.1 Áreas ardidas em florestas de sobreiro		
	3.3.4.02.2 Áreas ardidas em florestas de azinheira	3.3.4.02.2 Áreas ardidas em florestas de azinheira		
	3.3.4.02.3 Áreas ardidas em florestas de outros carvalhos	3.3.4.02.3 Áreas ardidas em florestas de outros carvalhos		
	3.3.4.02.4 Áreas ardidas em florestas de castanheiro	3.3.4.02.4 Áreas ardidas em florestas de castanheiro		
	3.3.4.02.5 Áreas ardidas em florestas de eucalipto	3.3.4.02.5 Áreas ardidas em florestas de eucalipto		
	3.3.4.02.6 Áreas ardidas em florestas de espécies invasoras	3.3.4.02.6 Áreas ardidas em florestas de espécies invasoras		
	3.3.4.02.7 Áreas ardidas em florestas de outras folhosas	3.3.4.02.7 Áreas ardidas em florestas de outras folhosas		
	3.3.4.03.1 Áreas ardidas em florestas de pinheiro bravo	3.3.4.03.1 Áreas ardidas em florestas de pinheiro bravo		
	3.3.4.03.2 Áreas ardidas em florestas de pinheiro manso	3.3.4.03.2 Áreas ardidas em florestas de pinheiro manso		
	3.3.4.03.3 Áreas ardidas em florestas de outras resinosas	3.3.4.03.3 Áreas ardidas em florestas de outras resinosas		
	Solo nu	3.3.1.01.1 Praias, dunas e areais interiores	3.3.1 Praias, dunas e areais	
3.3.1.02.1 Praias, dunas e areais costeiros		3.3.2.01.1 Rocha nua	JY1 Praia, dunas, areais e solos sem cobertura vegetal	
3.3.2.01.1 Rocha nua		3.3.3.01.1 Vegetação esparsa	JY2 Rocha nua	
3.3.3.01.1 Vegetação esparsa			J_+0 Áreas descobertas sem ou com pouca vegetação	
Água (corpos de água e zonas húmidas)	4.1.1.01.1 Paúis	4 Zonas húmidas	HY1 Zonas pantanosas interiores e paúis	
	4.1.2.01.1 Turfeiras	4.2.2.01.1 Salinas		
	4.2.1.01.1 Sapais	4.2.2.02.1 Aquicultura litoral	HY2 Sapais	
	4.2.2.01.1 Salinas	5 Corpos de água	HY3 Salinas	
	4.2.2.02.1 Aquicultura litoral	5.1.1.02.1 Canais artificiais		
4.2.3.01.1 Zonas entre-marés	5.1.2.01.1 Lagos e lagoas interiores artificiais	HY4 Zonas intertidais		

Classes utilizadas	COS 2010 (nível 5)	COS 1995	COS 1990
	5.1.1.01.1 Cursos de água naturais	5.1.2.02.1 Reservatórios de barragens	HH1 Cursos de água
	5.1.1.02.1 Canais artificiais	5.1.2.03.1 Reservatórios de represas ou de açudes	
	5.1.2.01.1 Lagoas e lagoas interiores artificiais	5.1.2.03.2 Charcas	
	5.1.2.01.2 Lagoas e lagoas interiores naturais	5.1.2.03.3 Aquicultura interior	HH2 Lagoas e albufeiras
	5.1.2.02.1 Reservatórios de barragens		
	5.1.2.03.1 Reservatórios de represas ou de açudes		
	5.1.2.03.2 Charcas		
	5.1.2.03.3 Aquicultura interior		
	5.2.1.01.1 Lagoas costeiras		HH3 Lagunas e cordões litorais
	5.2.2.01.1 Desembocaduras fluviais		HH4 Estuários
	5.2.3.01.1 Oceano		HH5 Mar e Oceano

**ANEXO VI. OBJETIVOS CONSTANTES NO DIPLOMA DE CLASSIFICAÇÃO DE
CADA PARQUE NATURAL E CORRESPONDÊNCIA COM OS TÓPICOS
TIPIFICADOS NO CAPÍTULO 3**

Parque Natural	Diploma	Objetivos declarados	Tópicos
PNSE	DL nº 557/76	<i>Acautelar e promover a cultura local e os hábitos da população rural característica de uma região de economia de montanha. A proteção dos valores da serra e a promoção social das populações.</i>	C, A, D
PNArr	DL nº 622/76	<i>Proteger a serra da Arrábida (por motivos de ordem científica, cultural, histórica, paisagística) da degradação a que tem estado submetida com vista ao aproveitamento integral de todos os recursos e potencialidades.</i>	C,A,D
PNSAC	DL nº 118/79	<i>Protecção dos aspectos naturais existentes, a defesa do património arquitectónico e cultural, o desenvolvimento das actividades artesanais e a renovação da economia local, bem como a promoção do repouso e do recreio ao ar livre.</i>	A, C, D, E
PNM	DL n.º 355/79	<i>com vista à salvaguarda do património e à animação socio-cultural das populações.</i>	A, C, D
PNAI	DL nº 237/83	<i>Desenvolvimento integrado e harmonioso com base na gestão dos recursos naturais, sociais e culturais, de maneira a conferir às populações qualidade de vida sem recorrer à degradação desses mesmos recursos. Objectivos específicos: a) A conservação da Natureza e a salvaguarda do meio ambiente (aspectos geomorfológicos, fisiográficos, faunísticos e florísticos); b) A defesa do património artístico e cultural; c) A renovação rural; d) Promoção e apoio ao recreio ecológico; e) Sensibilização ecológica das populações.</i>	D, A, B, C, E
PNRF	DL nº 373/87	<i>a) A preservação, conservação e defesa do sistema lagunar do Sotavento algarvio; b) A protecção da fauna e flora específicas da região e das espécies migratórias e dos habitats respectivos; c) A promoção de um uso ordenado do território e dos seus recursos naturais de forma a assegurar a continuidade dos processos evolutivos; d) A promoção do desenvolvimento económico, social e cultural da população residente, de forma que não prejudique os valores naturais e culturais da região; e) O ordenamento e a disciplina das actividades recreativas na região, nomeadamente no litoral, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.</i>	A, B, D, C, E
PNSSM	DL nº 121/89	<i>a) Promover a protecção e o aproveitamento sustentado dos respectivos recursos naturais e turísticos, bem como a conservação e promoção dos demais valores naturais, científicos e culturais, especialmente os seus elementos geomorfológicos, faunísticos e florísticos, os habitats necessários à conservação da fauna e flora, os valores arquitectónicos e as paisagens humanizadas; b) Promover, de uma forma ordenada e equilibrada, o desenvolvimento económico, social e cultural da região e, em especial, das populações rurais, nomeadamente incentivando e apoiando as ocupações tradicionais do território; c) Promover o ordenamento do território em causa, de forma que o seu uso seja conforme com os fins referidos nas alíneas anteriores; d) Promover a divulgação dos valores naturais, paisagísticos, culturais, estéticos e científicos da área, nomeadamente criando condições adequadas à visita ordenada do Parque Natural para fins recreativos e científicos.(art.º 3º)</i>	A, C, D, E
PNSC	DR nº 8/94	<i>Constituem objectivos específicos da criação do Parque Natural: a) A gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e o desenvolvimento de acções tendentes à salvaguarda dos mesmos, nomeadamente no que diz respeito aos aspectos paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos; b) A salvaguarda do património arquitectónico, histórico ou tradicional da região, bem como a promoção de uma arquitectura integrada na paisagem; c) A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações, em harmonia com as leis fundamentais da</i>	A, C, D

Parque Natural	Diploma	Objetivos declarados	Tópicos
		<i>natureza.(art.º 3.º)</i>	
PNSACV	DR n.º 26/95	<i>Constituem objectivos específicos da criação do Parque Natural: a) A gestão racional dos recursos naturais, paisagísticos e sócio-económicos, caracterizadores da região, e o desenvolvimento de acções tendentes à salvaguarda dos mesmos, nomeadamente no que respeita aos aspectos paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos; b) A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações, em harmonia com as leis fundamentais da natureza; c) A salvaguarda do património arquitectónico, histórico ou tradicional da região, levando a efeito acções de reabilitação do património edificado com especial valor, bem como a promoção de uma arquitectura integrada na paisagem. (art.º 3º)</i>	A, D, C
PNVG	DR n.º 28/95	<i>constituem objectivos específicos da criação do Parque Natural: a) A gestão racional dos recursos naturais e paisagísticos caracterizadores da região e o desenvolvimento de acções tendentes à salvaguarda dos mesmos, nomeadamente no que respeita aos aspectos paisagísticos, geológicos, geomorfológicos, florísticos e faunísticos;b) A salvaguarda do património histórico e tradicional da região, bem como a promoção de uma arquitectura integrada na paisagem; c) A promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das populações, em harmonia com as leis fundamentais da natureza.(art.º 3º)</i>	A, C, D
PNDI	DR n.º 8/98	<i>constituem objectivos específicos do Parque Natural: a) Valorizar e conservar o património natural e o equilíbrio ecológico, através da preservação da biodiversidade e da utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas; b) Promover a melhoria da qualidade de vida das populações, em harmonia com a conservação da natureza; c) Valorizar e salvaguardar o património arquitectónico, histórico e cultural, com integral respeito pelas actividades tradicionais, designadamente a Região Demarcada do Douro, a mais antiga região demarcada do mundo; d) Ordenar e disciplinar as actividades recreativas na região, de forma a evitar a degradação dos elementos naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região.(art.º. 3º)</i>	A, B, C, E
PNTI	DR n.º 9/2000	<i>são objectivos específicos do Parque Natural: a) Conservar e valorizar o património natural e paisagístico, através de um correcto ordenamento, conforme as potencialidades e características de cada zona, tendo em vista a preservação da biodiversidade e a utilização sustentável das espécies, habitats e ecossistemas; b) Apoiar as actividades humanas tradicionais, potenciando o seu desenvolvimento económico e o bem-estar das populações residentes, em harmonia com a conservação da natureza; c) Valorizar e salvaguardar o património arquitectónico, arqueológico e etnológico da região, promovendo a sua divulgação e a educação ambiental; d) Ordenar e disciplinar as actividades turísticas e recreativas, de forma a evitar a degradação do património da região e a permitir o seu uso sustentável.(art.º. 3º)</i>	A, C, D, E
PNLN	DR n.º 6/2005	<i>são objectivos específicos do Parque Natural: a) Promover a conservação dos recursos naturais existentes na região, principalmente o sistema dunar, mediante a adopção de medidas de protecção que salvaguardem o património biológico, geológico e paisagístico; b) Promover a gestão e a valorização dos recursos naturais, possibilitando a manutenção dos sistemas ecológicos essenciais e os suportes de vida, garantindo a sua utilização sustentável, a preservação da biodiversidade e a recuperação dos recursos depauperados ou sobreexplorados;c) Salvaguardar o património arquitectónico, histórico ou tradicional da região, bem como promover uma arquitectura integrada na paisagem; d) Promover o estudo científico dos valores patrimoniais existentes e a sua divulgação através de medidas de informação, interpretação e educação ambiental; e) Contribuir</i>	A, B, C, E, D

Parque Natural	Diploma	Objetivos declarados	Tópicos
		<p><i>para a ordenação e disciplina das actividades urbanísticas, recreativas e turísticas de forma a evitar a degradação dos valores naturais, seminaturais e paisagísticos, estéticos e culturais da região, possibilitando o exercício de actividades compatíveis, nomeadamente o turismo de natureza; f) Promover o desenvolvimento sustentável da região e o bem-estar das populações. (art.º 3º)</i></p>	

**ANEXO VII. LISTA DOS CÓDIGOS UTILIZADOS NA ANÁLISE DE CONTEÚDO
APRESENTADA NO CAPÍTULO 4 E EXEMPLOS DE RESPOSTA**

CÓDIGO	EXEMPLOS (para além das respostas equivalentes às expressões utilizadas como código)
abandono atividades tradicionais	<i>"Abandono de práticas tradicionais, cultivo tradicional das terras, atividades de sempre";</i>
alteração uso solo	<i>"Alteração padrões uso solo"; "Alteração de uso do solo (intensificação)";</i>
alterações climáticas	<i>"Vagas de calor";</i>
atividade agrícola/florestal desadequada	<i>"Abandono e más práticas agrícolas e florestais"; "Más práticas florestais e silvícolas das propriedades na Serra";</i>
atividades humanas	
conflitos com populações	<i>"Aumento dos conflitos com as populações (caça ilegal, veneno, fogos, etc.); "Limpeza dos terrenos versus conservação";</i>
contexto económico	<i>"Falta de oportunidades económicas"; "Desinvestimento nas explorações, baixos rendimentos das mesmas";</i>
desconhecimento	<i>"Insuficiência de cidadania informada";</i>
despovoamento	<i>"Desertificação humana"; "Abandono rural";</i>
destruição/degradação valores naturais	<i>"Perda de paisagens e de biodiversidade"; "Desaparecimento de espécies endémicas"; "Destruição do valor cénico da paisagem e do património histórico-cultural";</i>
dinâmicas populacionais	<i>"Demografia desfavorável"; "Envelhecimento da população"; "Crescimento populacional";</i>
espécies exóticas	<i>"Introdução de espécies exóticas deliberadas ou não por atividade humana"; "Florestação com espécies não autóctones";</i>
excesso visitação	<i>"Turismo"; "Massificação do acesso automóvel aos topos";</i>
expansão urbana	<i>"Pressões urbanísticas"; "Construção em excesso";</i>
falta fiscalização	<i>"Falta de capacidade de fazer cumprir normas em vigor"; "Fiscalização desadequada"; "Falta de vigilância";</i>
falta investimento	<i>"Falta de recursos humanos e técnicos na gestão local dos parques"; "desinvestimento da administração central em quadros de qualidade e dedicados à gestão"</i>
falta ordenamento	<i>"Desordenamento territorial"; "Planeamento fragilizado";</i>
falta prevenção/ combate	<i>"Incompetência no combate";</i>
falta sensibilização	<i>"Insensibilidade dos poderes públicos e dos cidadãos"; "Pouca sensibilidade para a Conservação da Natureza por parte das autarquias";</i>
fraca valorização societal	<i>"Fraco reconhecimento dos serviços dos ecossistemas"; "Fraca valorização societal das características únicas dos parques".</i>
incapacidade gestão	<i>"Perca de capacidade política, institucional e técnica do ICNF"; "Má gestão"; "Ausência de gestão de proteção e salvaguarda";</i>
incêndios	<i>"Fogo"; "Fogos florestais";</i>
ineficácia justiça	<i>"Sistema judicial moroso e pouco sensível às questões ambientais é propício à prevaricação e incumprimento (...)"</i>
infraestruturas	
interesses económicos/privados	<i>"Subalternização do património natural e sua conservação face aos interesses económicos imediatos"; "Pressão imobiliária e turística";</i>
legislação desadequada/incumprimento	<i>"Inflexibilidade de algumas normas menos justificadas no contexto local"; "Deficiente aplicação da regulamentação existente"; "Má regulamentação"; "Desrespeito por normas";</i>
modelo gestão/governança desadequado	<i>"Modelo de gestão errado ou inexistente"; "Falta de ferramentas de gestão participativas e integradoras das problemáticas locais"; "Incapacidade de entendimento dos diferentes stakeholders";</i>
modo vida população	<i>"Sociedade em mudança"; "Alteração de padrões de consumo";</i>
negligência	<i>"Desleixo"; "Laxismo"; "Incúria dos visitantes";</i>
opção política	<i>"Decisões discricionárias e populistas"; "Politização das decisões"; "Desinteresse e fundamentalismo dos decisores";</i>
perda identidade	<i>"Disneyficação"; "Desvalorização e deterioração da identidade cultural";</i>

CÓDIGO	EXEMPLOS (para além das respostas equivalentes às expressões utilizadas como código)
política incentivos	<i>“Incentivos prejudiciais no âmbito da Política Agrícola Comum (1º pilar)”;</i> <i>“Falha na captação de fundos comunitários”;</i>
poluição	
pressão humana	
propriedade privada	<i>“As áreas de maior relevância, do ponto de vista do património natural, são privadas (terrenos particulares e comunitários)”;</i>
proximidade centros urbanos	
questões culturais	<i>“Cultura de uso de fogo”;</i> <i>“Maus hábitos”;</i>
uso recursos biológicos	<i>“Atividades económicas depredadoras (extração de minérios; cultivo de OGM, etc.)”;</i>
valorização espaços naturais atividades lazer	<i>“Atratividade do património cultural e paisagístico para a visitação e atividade recreativa”;</i>

**ANEXO VIII. RESUMO DA ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DO USO E OCUPAÇÃO
DO SOLO AO NÍVEL DOS MUNICÍPIOS ABRANGIDOS**

Município	Classe	Área ocupada (Km ²) em cada ano				
		1990	1995	2007	2010	2015
CELORICO DA BEIRA	Agrícola	94,23	108,11	78,69	78,48	79,89
	Água	0,80	0,18	0,20	0,20	0,20
	Área ardida	37,75	9,03	0,00	7,31	0,00
	Floresta	26,01	59,33	70,08	73,16	68,43
	Matos	82,29	64,78	91,00	80,01	91,27
	Solo Nu	3,28	2,24	2,14	1,87	1,27
	Urbano	2,85	3,55	5,11	6,20	6,16
COVILHÃ	Agrícola	156,27	148,41	132,23	132,68	134,94
	Água	3,04	2,05	2,14	2,71	2,69
	Área ardida	82,00	14,27	0,04	1,88	0,00
	Floresta	156,65	261,43	293,36	292,14	264,36
	Matos	136,19	91,06	83,08	81,78	107,85
	Solo Nu	9,10	23,96	24,08	24,15	25,11
	Urbano	12,36	14,42	20,66	20,26	20,64
GOUVEIA	Agrícola	83,67	84,88	69,68	70,91	70,99
	Água	0,86	0,40	0,43	0,43	0,43
	Área ardida	36,87	27,47	0,00	28,05	0,00
	Floresta	56,26	97,42	119,93	102,07	86,88
	Matos	100,69	84,63	103,26	91,72	134,70
	Solo Nu	17,33	0,39	0,37	0,37	0,34
	Urbano	4,93	5,43	6,96	7,07	7,28
GUARDA	Agrícola	247,55	239,81	197,14	197,15	197,89
	Água	0,54	0,77	0,88	0,88	0,87
	Área ardida	63,36	19,90	0,12	3,62	0,00
	Floresta	146,20	238,53	280,05	279,58	261,66
	Matos	221,54	183,97	197,98	194,47	215,40
	Solo Nu	20,44	13,95	14,33	14,27	14,13
	Urbano	12,46	15,16	21,60	22,13	22,15
MANTEIGAS	Agrícola	9,82	9,02	6,45	6,46	6,40
	Água	0,57	0,10	0,11	0,11	0,11
	Área ardida	12,07	0,01	0,00	0,00	0,00
	Floresta	41,92	52,68	57,16	57,16	49,03
	Matos	47,87	42,72	40,36	40,35	48,47
	Solo Nu	8,76	16,30	16,30	16,30	16,35
	Urbano	0,98	1,14	1,59	1,59	1,60
SEIA	Agrícola	97,01	85,65	70,31	70,71	71,06
	Água	1,61	1,21	1,46	1,47	1,47
	Área ardida	74,29	14,04	0,09	62,41	0,00
	Floresta	134,80	192,68	221,82	183,23	192,43
	Matos	95,18	101,93	99,25	77,13	129,67
	Solo Nu	24,25	30,84	31,10	28,75	29,01
	Urbano	8,55	9,34	11,65	11,99	12,05
Total		2373,19	2373,19	2373,19	2373,19	2373,19

Município	Classe	Área ocupada (Km ²) em cada ano				
		1990	1995	2007	2010	2015
CASCAIS	Agrícola	19,79	18,24	9,67	9,28	9,05
	Água	0,87	0,27	0,11	0,11	0,11
	Área ardida	0,12	0,00	0,00	0,01	0,00
	Floresta	15,76	12,31	14,18	13,82	13,44
	Matos	25,30	22,82	21,96	21,73	21,67
	Solo Nu	3,50	1,23	1,19	1,19	1,19
	Urbano	32,06	42,53	50,30	51,26	51,94
SINTRA	Agrícola	128,34	139,66	96,33	95,94	103,52
	Água	2,34	0,09	0,14	0,14	0,17
	Área ardida	1,76	0,39	1,17	1,59	0,00
	Floresta	58,56	58,92	64,73	64,62	63,64
	Matos	68,90	45,32	68,52	65,88	59,86
	Solo Nu	4,48	1,63	1,59	1,59	1,59
	Urbano	54,84	73,22	86,75	89,47	90,44
	Total	416,63	416,63	416,63	416,63	416,63

**ANEXO IX. ARTIGO “ÁREAS PROTEGIDAS E GESTÃO DE PROXIMIDADE:
UMA REFLEXÃO CENTRADA NO PARQUE NATURAL DA SERRA DA
ESTRELA”**

Áreas protegidas e gestão de proximidade: uma reflexão centrada no Parque Natural da Serra da Estrela

Catarina Fonseca

CIBIO / InBIO / CICS.NOVA.FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Margarida Pereira

CICS.NOVA.FCSH-Universidade Nova de Lisboa

Helena Calado

CIBIO / InBIO-Universidade dos Açores

RESUMO

A gestão das áreas protegidas em Portugal é competência do Estado, justificada pelo seu caráter de utilidade pública, existindo um órgão público responsável pela Rede Nacional de Áreas Protegidas. Desde a sua criação, o modelo de gestão assentou em dois níveis de atuação: os serviços centrais, definindo as orientações nacionais, e os órgãos executivos de cada área protegida, garantindo a salvaguarda dos interesses específicos. Em 2007, esta orgânica foi reestruturada sob uma lógica de desconcentração, com a criação de um nível intermédio de gestão e a subtração de poderes de decisão do nível local. O artigo analisa a evolução do modelo de organização institucional e a sua adequação em termos de envolvimento dos *stakeholders*. Tomando o Parque Natural da Serra da Estrela como caso de estudo, foram auscultados diversos *stakeholders* locais que, na maioria, se sentem afastados do processo de decisão e demonstram preocupação relativamente à redução da sensibilidade da entidade gestora para as especificidades territoriais.

PALAVRAS-CHAVE: conflitos territoriais, desconcentração administrativa, governança

1. INTRODUÇÃO

A classificação de áreas protegidas é uma componente essencial das estratégias de conservação da natureza, conferindo um estatuto jurídico especial que visa a proteção de interesses coletivos, através da aplicação de políticas e regras específicas. Em Portugal, a classificação de uma área protegida limita o uso, ocupação e transformação do solo nesse território, o que pode frustrar as expectativas de desenvolvimento (económico e social) dos proprietários e/ou das comunidades, já de si penalizadas pelas condicionantes intrínsecas das áreas rurais, territórios preferenciais na classificação de áreas protegidas (Queirós, 2012). Este confronto entre objetivos de desenvolvimento e conservação, de curto e longo prazo, gera, frequentemente, conflitos territoriais pelo confronto entre formas de apropriação e modelos (restritivos) de regulação (Pereira et al., 2014).

Para a resolução e/ou gestão destes conflitos e a preservação das áreas protegidas é essencial que os benefícios (coletivos) superem os ‘sacrifícios’ (individuais), que o interesse público seja efetivamente reconhecido e defendido pelas comunidades locais. Por isso, os *stakeholders* – indivíduos, grupos ou comunidades suscetíveis de serem afetados por ou de influenciar decisões ou ações de gestão – devem ser envolvidos nos processos de tomada de decisão e a sua relação com a entidade gestora da área protegida deve ser construída sobre uma

base de confiança (Alexander, 2008; Dimitrakopoulos et al., 2010). Neste quadro, importa clarificar os conceitos de governança e gestão de áreas protegidas. A governança refere-se ao conjunto de princípios, políticas, regras e intervenientes implícitos ao processo de tomada de decisão; a gestão de uma área protegida inclui as ações e meios necessários para a concretização dos objetivos estabelecidos (idealmente através da governança) (Borrini-Feyerabend *et al.*, 2013). No entanto, o termo gestão é frequentemente utilizado num sentido lato, englobando todos os aspetos da existência das áreas protegidas após a sua classificação.

Assim, a gestão das áreas protegidas (sentido estrito) em Portugal é uma competência do Estado, existindo um órgão público responsável pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP). Importa, assim, refletir sobre o modelo de organização institucional mais adequado para concretizar os objetivos de conservação e, simultaneamente, facilitar/promover relações de confiança com os *stakeholders*. Um dos focos desta análise é o nível de proximidade das estruturas de gestão ao território, isto é, o grau de desconcentração de poderes por parte da entidade central com a tutela das áreas protegidas.

2. METODOLOGIA

A metodologia apoiou-se em duas componentes: i) análise retrospectiva da legislação relativa à classificação de áreas protegidas e orgânicas do departamento responsável para compreender a evolução histórica e a atual organização da entidade responsável pela gestão das áreas protegidas; ii) seleção de um caso de estudo - o Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) - para reflexão mais aprofundada e auscultação de *stakeholders* locais. O PNSE é a maior área protegida da RNAP, com cerca de 89.000 ha, repartida por 6 municípios (Celorico da Beira, Covilhã, Gouveia, Guarda, Manteigas e Seia), abrangendo o essencial do maciço da Estrela, com valores naturais únicos associados à altitude. Criado em 1976, a classificação como parque natural traduz a interdependência entre os ecossistemas existentes e as atividades humanas (pastorícia, produção florestal, agricultura e, mais recentemente, turismo e práticas lúdico-recreativas).

A auscultação de *stakeholders* do PNSE ocorreu através de curtas entrevistas semi-estruturadas, procurando obter a sua perceção sobre o modelo de organização institucional vigente e o nível de proximidade. A realização das entrevistas por e-mail permitiu ganhos de tempo e recursos e eliminou a necessidade de transcrição (Meho, 2006). Responderam 12 entidades: Associação Distrital dos Agricultores da Guarda; Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte; Associação Florestal da Encosta da Serra da Estrela; Associação Nacional de Criadores de Ovinos Serra da Estrela; Cooperativa de Produtores de

Queijo Serra da Estrela; Associação Cultural Amigos da Serra da Estrela; Baldios da Freguesia de Cortes do Meio; Baldios de Santa Maria; Junta de Freguesia de Santa Maria; Junta de Freguesia de Unhais da Serra; Câmara Municipal de Gouveia; Câmara Municipal de Seia. As respostas foram exploradas através do método de análise de conteúdo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO - EVOLUÇÃO DO MODELO ORGANIZACIONAL

Em 1970, a Lei dos parques nacionais e outros tipos de reservas (Lei n.º 9/70, de 19 de junho) criou o quadro legal para a classificação das primeiras áreas protegidas. A Lei atribuía capacidade jurídica e autonomia administrativa e financeira aos parques, estando a administração de cada área a cargo de uma comissão administrativa, com assistência técnico-consultiva e científica. A crescente relevância internacional das questões ambientais e a mudança política ocorrida em Portugal em 1974 conduziram ao aparecimento da Secretaria de Estado do Ambiente. Sob sua tutela, o Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico (SNPRPP) (Decreto-Lei n.º 550/75, de 30 de setembro) devia garantir a melhor utilização das áreas classificadas e estabelecer os objetivos específicos de cada parque e reserva. Em 1976, foi introduzida na legislação portuguesa a conceção europeia de parque natural (Decreto-Lei n.º 613/76, de 27 de julho), valorizando as paisagens humanizadas. Neste novo quadro, a gestão dos parques e reservas foi atribuída ao SNPRPP, em colaboração com as comissões das autarquias locais, assembleias de compartes e departamentos do Estado. A orgânica voltou a ser ajustada em 1978 (Decreto n.º 4/78, de 11 de janeiro), sendo estabelecidos diversos órgãos e serviços: Diretor, Conselho Geral, Comissão Científica, Serviços Técnicos e Serviços Administrativos e Auxiliares. Cada área classificada poderia dispor de todos ou apenas alguns destes órgãos, dependendo da sua dimensão e importância, recuperando a autonomia perdida com a criação do SNPRPP.

A maioria das áreas protegidas atualmente existentes foi criada entre 1976 e 1993. Perante o aumento de áreas classificadas, o Decreto-Lei n.º 19/93, de 23 de janeiro, criou a RNAP, constituída por áreas de interesse nacional, regional ou local. A gestão das áreas de interesse nacional competia ao Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza (anterior SNPRPP), mas o parque nacional, as reservas naturais e os parques naturais dispunham de órgãos próprios: a comissão diretiva e o conselho consultivo. Ainda em 1993 surgiu o Instituto da Conservação da Natureza (Decreto-Lei n.º 193/93, de 24 de maio), reconhecendo as áreas protegidas de âmbito nacional como serviços locais (estruturas desconcentradas), dirigidos por um diretor.

Em 2007, na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado, o mesmo Instituto é renomeado (Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade -ICNB) e reorganizado (Decreto-Lei n.º 136/2007, de 27 de abril), sendo criado um nível intermédio de gestão através de 5 Departamentos de Gestão de Áreas Classificadas (Norte, Centro e Alto Alentejo, Litoral de Lisboa e Oeste, Sul e Zonas Húmidas) que passaram a gerir diretamente todas as áreas protegidas de interesse nacional sob sua tutela. O nível local perdeu poderes de decisão e atuação, passando a deter uma natureza consultiva através do conselho estratégico de cada área protegida. Este modelo organizacional persistiu após a fusão do ICNB com a Autoridade Nacional Florestal, em 2012, que resultou no Instituto da Conservação da Natureza e das Floresta (ICNF) (Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho), com ajustes na delimitação territorial destes departamentos ‘regionais’, atualmente designados Departamentos da Conservação da Natureza e das Florestas (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo e Algarve).

Desde a sua criação e até 2007 as áreas protegidas de âmbito nacional dispuseram de um órgão executivo local, no qual eram delegados poderes do nível central para a concretização das ações de gestão necessárias em cada área. Essa estrutura local desempenhava também o importante papel de ponto de interlocução das comunidades locais com a área protegida, sendo em muitos casos dirigida por uma pessoa (indicada pelo nível central) com profundo conhecimento sobre o território. A criação do nível intermédio, sob pretexto de melhorar a capacidade de intervenção e estabelecer parcerias proativas a nível central e local (a par da eliminação da dispersão e duplicação de recursos humanos), concretiza uma forma de desconcentração do nível de decisão (central) mas, ao eliminar as estruturas locais, afasta o nível de atuação do território a gerir. Esta organização parece contrariar as tendências globais de maior autonomia administrativa para cada área protegida e de maior envolvimento da administração local (autarquias) e dos *stakeholders* na sua gestão.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO - GESTÃO DO PNSE E PERCEÇÃO DOS STAKEHOLDERS

O PNSE dispôs de uma Comissão Administrativa até 2007 e o seu último Diretor ocupou o cargo durante 9 anos. Este órgão executivo encontrava-se instalado na sede do Parque, em Manteigas. Atualmente, o PNSE possui um Conselho Estratégico, de natureza consultiva, estando a sua gestão sob a responsabilidade do Departamento de Conservação da Natureza e Florestas (DCNF) do Centro (com sede em Viseu).

A maioria das entidades entrevistadas (ou os seus membros) declarou desenvolver ou promover atividades no interior do PNSE, nomeadamente, práticas agrícolas, pastorícia e produção florestal ou a organização de atividades recreativas/desportivas (passeios pedestres e BTT). No caso específico das Câmaras Municipais, as intervenções incluem também a abertura de caminhos e aceiros. A interação entre os *stakeholders* e a entidade gestora do PNSE tem como principal finalidade a obtenção de pareceres e licenças decorrentes da legislação em vigor. No caso particular dos Baldios de Santa Maria existe uma cogestão com o ICNF (o que também ocorreu com os Baldios de Cortes do Meio até 2015). Algumas entidades (5) fazem parte do Conselho Estratégico do PNSE.

Aspetos positivos e negativos decorrentes da eliminação da Comissão Diretiva do PNSE?

Constata-se uma dificuldade geral em indicar aspetos positivos no atual modelo. Os aspetos negativos mais apontados são o distanciamento (“*serviços mais distantes do local de ação*”) e consequente desconhecimento do território (“*quanto maior o afastamento do terreno maior o desconhecimento*”; “*redução da sensibilidade para os problemas de preservação e conservação*”). É também referida a demora ou ausência de resposta a solicitações e correspondência. Porém, uma das Câmaras Municipais entrevistadas revela uma perspetiva divergente, referindo que a eficácia em termos de resposta não se alterou e que “*a relação de proximidade, em termos práticos, não foi relevantemente afetada*”.

Como avalia a sua interação com o DCNF Centro?

A interação com DCNF Centro não recolhe consenso, sendo apontada como inexistente, cordial ou cooperante. As avaliações mais positivas são de uma Câmara Municipal e de um dos Baldios. No entanto, alguns entrevistados aproveitaram para reforçar que é necessária persistência para a obtenção de respostas.

A sua entidade deveria estar mais envolvida na gestão do PNSE?

A grande maioria das entidades entrevistadas considera que deveria estar mais envolvida na gestão da área protegida, sobretudo gostariam de ser mais ouvidas. As respostas discordantes são, sobretudo, das entidades representadas no Conselho Estratégico do PNSE. No entanto, também existe a opinião de que este órgão consultivo é inconsequente. Defende-se uma gestão mais participada, “*para que todos os intervenientes do território também se sintam responsabilizados*”.

As respostas recolhidas através das entrevistas reforçam a perceção de que a eliminação da estrutura local de gestão teve efeitos negativos na gestão do território (por distanciamento) e na relação com os *stakeholders*. Merecem destaque dois comentários deixados sobre a atual situação: “*o novo figurino da gestão [possui] uma semelhança com os caixeiros-viajantes*” (em alusão às deslocações do Diretor do DCNF Centro pelas diversas áreas protegidas sob sua alçada) e “*o Parque deixou de ser uma entidade para ser apenas uma figura*”.

O distanciamento em relação ao território não é vista como uma questão menor pelo próprio DCNF Centro (entrevistado em 2013, a propósito da criação do ICNF) que reconhece o valor insubstituível do conhecimento local, apesar dos ganhos de eficiência no funcionamento da instituição trazidos por este novo modelo.

5. CONCLUSÕES

A substituição da estrutura local de gestão do PNSE pela estrutura desconcentrada regional gerou um sentimento de afastamento em relação aos agentes locais que, na maioria, não se consideram ouvidos e envolvidos no processo de decisão. Este sentimento parece esbater-se nas entidades que fazem parte do Conselho Estratégico. No entanto, o afastamento reflete-se também num menor conhecimento das particularidades territoriais, com inevitáveis consequências na gestão da área. Uma avaliação completa dos ganhos e perdas decorrentes do atual modelo de organização institucional, com quase 10 anos, revela-se essencial na procura de soluções para as críticas apontadas e de respostas para os desafios colocados pelo novo sistema de gestão territorial.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem a todas as entidades que responderam às questões enviadas e que permitiram este trabalho. Catarina Fonseca gostaria também de expressar o seu agradecimento à Fundação para a Ciência e Tecnologia pela atribuição da bolsa SFRH/BD/104387/2014. Este trabalho contou ainda com o apoio financeiro da FCT/MEC através de fundos Nacionais e quando aplicável cofinanciado pelo FEDER, no âmbito do acordo de parceria PT2020, através dos projetos UID/SOC/04647/2013 (CICS.NOVA.FCSH/UNL), UID/BIA/50027/2013 e POCI-01-0145-FEDER-00682 (CIBIO).